

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	12
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	62
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	64

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596.762
Preferenciais	0
Total	2.964.596.762
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	20/04/2016	Ordinária		0,02423

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	12.849.977	12.083.092
1.01	Ativo Circulante	5.143.337	4.688.050
1.01.01	Disponibilidades	43.319	37.685
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	709.528	421.876
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	614.999	309.995
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	130.796	148.148
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-36.267	-36.267
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.574.440	1.472.960
1.01.03.01	Carteira Própria	1.474.405	1.372.793
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	80.058	100.167
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	19.977	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	301.030	250.509
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	12.323	1.381
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	288.692	249.105
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	15	23
1.01.05	Relações Interdependências	0	1.154
1.01.06	Operações de Crédito	2.167.783	2.207.648
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	161.387	152.155
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	2.117.067	2.194.719
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-110.671	-139.226
1.01.08	Outros Créditos	346.174	295.284
1.01.08.01	Carteira de Cambio	36.379	48.394
1.01.08.02	Rendas a Receber	58.902	59.783
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	209	230
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	48.662	46.824
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	487	1.244
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	15.309	11.576
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	169.117	106.512
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	29	14
1.01.08.09	Diversos	17.250	20.855
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-229	-225
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	59	77
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.063	934
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.642	1.587
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-669	-670
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	90	17
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.432.225	7.120.436
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.992.840	4.578.585
1.02.02.01	Carteira Própria	4.989.198	4.556.683
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	3.642	21.902
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.471.694	1.549.036
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	239.973	248.711
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.274.152	1.339.234

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-42.431	-38.909
1.02.07	Outros Créditos	955.122	980.246
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	933.244	958.284
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	175	257
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	21.705	21.705
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	-2	0
1.03	Ativo Permanente	274.415	274.606
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	151.706	158.600
1.03.02.01	Imóveis de Uso	60.561	56.685
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	185.180	193.532
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-142.064	-139.646
1.03.04	Intangível	122.442	115.739
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	222.929	208.132
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-100.487	-92.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	12.849.977	12.083.092
2.01	Passivo Circulante	6.394.539	6.201.464
2.01.01	Depósitos	2.595.078	2.827.047
2.01.01.01	Depósitos à Vista	622.465	650.074
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	521.216	548.738
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	27.911	15.495
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.423.486	1.612.740
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	79.993	100.045
2.01.02.01	Carteira Própria	79.993	100.045
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	367.937	271.989
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	367.937	271.989
2.01.04	Relações Interfinanceiras	24.882	31
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	24.882	31
2.01.05	Relações Interdependências	5.892	3.240
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	5.426	3.229
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	466	11
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	23.554	46.939
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	23.554	46.939
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	123.403	125.476
2.01.07.01	Tesouro Nacional	31.190	34.320
2.01.07.02	BNDES	49.838	48.722
2.01.07.04	Finame	42.222	42.270
2.01.07.05	Finep	153	164
2.01.09	Outras Obrigações	3.173.800	2.826.697
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	19.016	2.023
2.01.09.02	Carteira de Cambio	2.017	1.620
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	24.471	89.201
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	26.824	174.851
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	48	48
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	2.378.076	1.681.488
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	76.064	81.406
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	468.922	514.740
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	27.897	32.219
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	45.188	50.835
2.01.09.11	Cheques Administrativos	16	26.120
2.01.09.12	Credores Diversos	36.395	35.752
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	54.622	50.824
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.233	85.559
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.487.664	3.957.470
2.02.01	Depósitos	397.527	250.667
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	397.527	248.682
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	0	1.985
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	20.570	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	615.563	610.067
2.02.07.01	Tesouro Nacional	1.781	1.629
2.02.07.02	BNDES	430.684	414.826
2.02.07.04	Finame	181.712	192.083
2.02.07.05	Finep	1.386	1.529
2.02.09	Outras Obrigações	3.454.004	3.096.736
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	159.763	7.547
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	197.356	244.584
2.02.09.03	Passivos Atuariais	574.408	509.756
2.02.09.04	Diversas	1.522.478	1.334.850
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999
2.05	Patrimônio Líquido	1.967.774	1.924.158
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	23.943	24.348
2.05.03.01	Ativos Próprios	23.943	24.348
2.05.04	Reservas de Lucro	829.348	764.243
2.05.04.01	Legal	118.721	114.472
2.05.04.02	Estatutária	710.627	649.771
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-511.022	-489.938

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	398.080	759.556	315.190	673.002
3.01.01	Operações de Crédito	141.401	277.679	107.698	246.879
3.01.02	Resultado Operações Tit. Val. Mobiliários	257.800	485.432	211.235	429.581
3.01.03	Resultado c/Instrumentos Fin. Derivativos	-1.121	-3.555	142	-7.792
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-3.885	4.334
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-157.644	-356.075	-206.980	-411.662
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-77.868	-153.508	-69.247	-139.475
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-67.448	-153.633	-78.520	-195.595
3.02.03	Resultado de Operações de Câmbio	-3.151	-7.712	0	0
3.02.04	Provisão Operações de Crédito e Outros	-9.177	-41.222	-59.213	-76.592
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	240.436	403.481	108.210	261.340
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-43.218	-119.022	-5.950	-12.750
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	180.959	351.174	285.298	461.194
3.04.02	Despesas de Pessoal	-136.989	-267.783	-168.236	-284.307
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-66.946	-130.239	-65.561	-128.564
3.04.04	Despesas Tributárias	-28.471	-57.580	-29.166	-54.735
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	246.489	423.464	151.520	304.063
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-238.260	-438.058	-179.805	-310.401
3.05	Resultado Operacional	197.218	284.459	102.260	248.590
3.06	Resultado Não Operacional	5.310	6.157	1.793	3.036
3.06.01	Receitas	5.314	6.379	1.846	3.117
3.06.02	Despesas	-4	-222	-53	-81
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	202.528	290.616	104.053	251.626
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-122.485	-225.778	-132.894	-225.412
3.09	IR Diferido	15.235	22.697	73.201	80.484
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-2.550	-2.550	0	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	92.728	84.985	44.360	106.698

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,03128	0,02867	0,01496	0,03599

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	92.727	84.985	44.360	106.698
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.755	-20.679	-503	2.463
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.306	-35.221	-1.206	3.349
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	368	735	368	757
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	2.183	13.807	335	-1.643
4.03	Resultado Abrangente do Período	89.972	64.306	43.857	109.161

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	949.142	639.371
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	486.740	504.808
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	84.985	106.698
6.01.01.03	Baixa do Intangível	73	0
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	17.256	15.168
6.01.01.06	Provisão Operações de Crédito e Outros Créditos	68.266	76.641
6.01.01.07	Reversão de Provisões p/ Oper.Crédito	-26.355	0
6.01.01.08	Reversão de Provisões p/ Outros Créditos	-689	-49
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-284	-359
6.01.01.11	Instrumentos de dívida elegíveis a capital-remuneração	14.233	21.121
6.01.01.12	Despesas de Provisões para Passivos Contingentes	168.507	204.460
6.01.01.13	Desp. Provisões para Riscos do FNO	231.105	156.995
6.01.01.15	Reversão de Outras Provisões Operacionais	0	-63
6.01.01.16	Reversão de Provisões para Operações do FNO	-59.289	0
6.01.01.17	Despesa de provisão para ativos atuariais	308	2.826
6.01.01.18	IR e CS diferidos	-22.697	-80.484
6.01.01.19	Resultado com Variação cambial	11.321	1.185
6.01.01.20	Provisão para bens não de uso	0	669
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	462.402	134.563
6.01.02.01	(Aumento)/redução em TVM para negociação	-52.596	958.899
6.01.02.02	Aumento em Outros Valores e Bens	-129	-763
6.01.02.03	Redução em Aplic. Interf. Liquidez	17.352	119.033
6.01.02.04	(Aumento)/redução em Rel. Interf. e Interd.	-21.865	88.703
6.01.02.05	Redução/(aumento) em Operações de Crédito	75.351	-563.263
6.01.02.06	Redução em Outros Créditos	193	62.599
6.01.02.07	Redução/aumento em Depósitos	-85.110	278.340
6.01.02.08	Aumento em Obrig. Empr. Repasses	609	82.572
6.01.02.09	Aumento/redução em Captações no Mercado Aberto	75.896	-230.427
6.01.02.10	(Redução)/aumento em Outras Obrigações	537.736	-598.288
6.01.02.11	IR e CS pagos	-85.035	-62.842
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-478.041	-230.803
6.02.02	Adição em Imobilizados de Uso	-2.469	-8.637
6.02.03	Alienação do Imobilizado de Uso	200	13
6.02.04	Aplicação do Intangível	-14.869	-16.995
6.02.08	Adição de Bens não de Uso	0	-675
6.02.10	(Aumento) em TVM Disponíveis p/ Venda	-1.138.973	-776.054
6.02.11	Redução em TVM Disponíveis p/ Venda	773.818	566.970
6.02.12	(Aumento) em TVM Mantidos até o vencimento	-377.984	-21.400
6.02.13	Redução em TVM Mantidos até o vencimento	282.236	25.975
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-160.463	-64.362
6.03.01	Instrumentos de dívida elegíveis a capital-autorizado	-89.154	-3.127
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-71.309	-61.235
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	310.638	344.206
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	347.680	388.476

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	658.318	732.682

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	24.348	764.243	0	-489.938	1.924.158
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	84.985	0	84.985
5.05	Destinações	0	0	0	65.105	-85.390	0	-20.285
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-20.285	0	-20.285
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	65.105	-65.105	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	65.105	-65.105	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-21.084	-21.084
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.236	2.236
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-23.320	-23.320
5.12	Outros	0	0	-405	0	405	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-735	0	735	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	330	0	-330	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	23.943	829.348	0	-511.022	1.967.774

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	1.711.592
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	1.711.592
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	106.698	0	106.698
5.05	Destinações	0	0	0	81.697	-107.152	0	-25.455
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-25.455	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	81.697	-81.697	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	2.009	2.009
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.598	-1.598
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.607	3.607
5.12	Outros	0	0	-454	0	454	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-757	0	757	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	303	0	-303	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	24.776	691.051	0	-546.488	1.794.844

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	1.499.128	1.364.702
7.01.01	Intermediação Financeira	759.556	673.002
7.01.02	Prestação de Serviços	351.174	461.194
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.222	-76.592
7.01.04	Outras	429.620	307.098
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-314.852	-335.070
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-544.180	-417.783
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-21.530	-20.562
7.03.02	Serviços de Terceiros	-84.591	-86.820
7.03.04	Outros	-438.059	-310.401
7.04	Valor Adicionado Bruto	640.096	611.849
7.05	Retenções	-17.256	-15.168
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.256	-15.168
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	622.840	596.681
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	622.840	596.681
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	622.840	596.681
7.09.01	Pessoal	224.548	243.062
7.09.01.01	Remuneração Direta	174.185	198.632
7.09.01.02	Benefícios	37.398	33.291
7.09.01.03	F.G.T.S.	12.965	11.139
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	306.445	240.908
7.09.02.01	Federais	301.990	236.414
7.09.02.02	Estaduais	30	30
7.09.02.03	Municipais	4.425	4.464
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.862	6.013
7.09.03.01	Aluguéis	6.862	6.013
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.985	106.698
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.285	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	64.700	106.698

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2016

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao primeiro semestre de 2016, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1. PANORAMA ECONÔMICO

A economia mundial apresentou grande instabilidade durante o primeiro semestre de 2016. Fatores relacionados à incerteza quanto ao crescimento da economia chinesa, crescimento moderado dos EUA, queda do preço do petróleo e a recente decisão do Reino Unido em deixar a União Europeia (UE) provocaram turbulência no mercado financeiro internacional. As bolsas de valores ao redor do mundo sofreram fortes quedas, principalmente na Europa, cuja redução foi superior a 12% na última semana de junho.

A atividade econômica doméstica continuou apresentando sinais de desaquecimento. A incerteza quanto aos rumos da economia doméstica associada ao comportamento de alguns indicadores - juros elevados, crédito escasso, inflação alta e queda na demanda - inibiram a tomada de decisão por parte do investidor. No que se refere ao setor externo, a balança comercial continuou sendo favorecida pelo aumento das exportações em detrimento das importações, reflexo da depreciação cambial.

Na Amazônia Legal, a desaceleração da economia brasileira foi sentida principalmente no estado do Amazonas, uma vez que todos os setores apresentaram resultados negativos, com destaque para a indústria de transformação que caiu 22,6% em abril de 2016 em comparação com mesmo mês do ano anterior. No tocante ao volume de vendas do comércio varejista, sem exceção, todos os estados apresentaram taxas negativas, com a maior queda registrada no Amapá. O saldo da balança comercial da região foi positivo, sendo Pará e Mato Grosso os maiores responsáveis por esse superávit, principalmente pela exportação de minérios no primeiro e, exportação de soja, no segundo.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

O planejamento estratégico se constitui em uma importante ferramenta de gestão que, no Banco da Amazônia, é uma atividade em constante execução, revisando a estratégia que deve ser seguida pela empresa, considerando os ambientes interno e externo. As ações do planejamento estratégico realizadas no primeiro semestre de 2016 contribuíram para a geração de riqueza que refletiu no resultado operacional no montante de R\$284,4 milhões equivalente a um aumento de 14,4% comparado ao mesmo período de 2015.

Dessa forma, desenvolve iniciativas com intuito de se fortalecer perante o mercado, adotando medidas que possam garantir maior eficiência, segurança, produtividade, valorização e reconhecimento da marca, com portfólio de produtos e serviços mais adequado e, conseqüentemente, maior satisfação dos clientes, acionistas e sociedade civil.

O Banco tem trabalhado proativamente para garantir uma presença marcante e que atenda as necessidades dos diversos segmentos da economia na oferta de produtos e serviços, cumprindo seu papel como braço forte do Governo Federal na região para fomentar o desenvolvimento sustentável.

Programa Supera Mais 2016 – “Vamos juntos construir um Banco cada vez mais forte e competitivo!”

O Programa Supera Mais é o instrumento de avaliação de desempenho que objetiva alinhar as ações das unidades e mensurar sua eficácia no cumprimento das metas e objetivos estratégicos, sendo composto das seguintes perspectivas: “Mais Resultados”; “Mais Negócios”; “Mais Controles”; “Programas de Governo”; “Mais Clientes”; e “Bônus Estratégico”.

No contexto do Programa, a perspectiva “Mais Negócios” apresentou o melhor indicador de performance correspondente a carteira comercial.

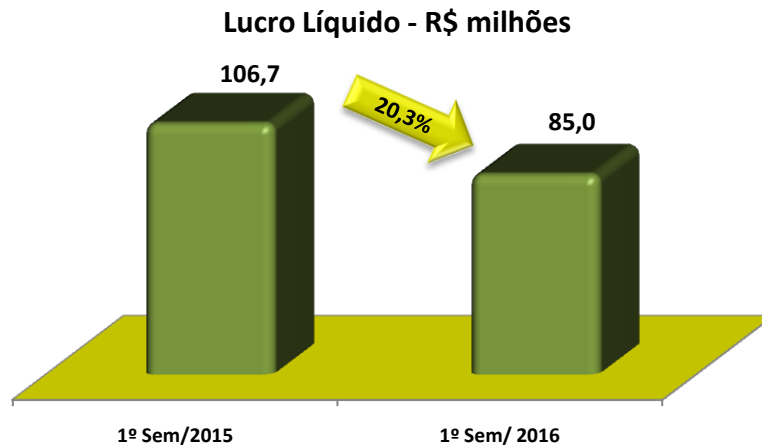
No 1º semestre de 2016, destacou-se o seguinte indicador:

- **Crédito Comercial:** crescimento do volume médio de 21,7%, sendo R\$1.928,0 milhões, contra R\$1.584,0 milhões no 1º semestre de 2015, em decorrência do incremento da linha de crédito geral.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

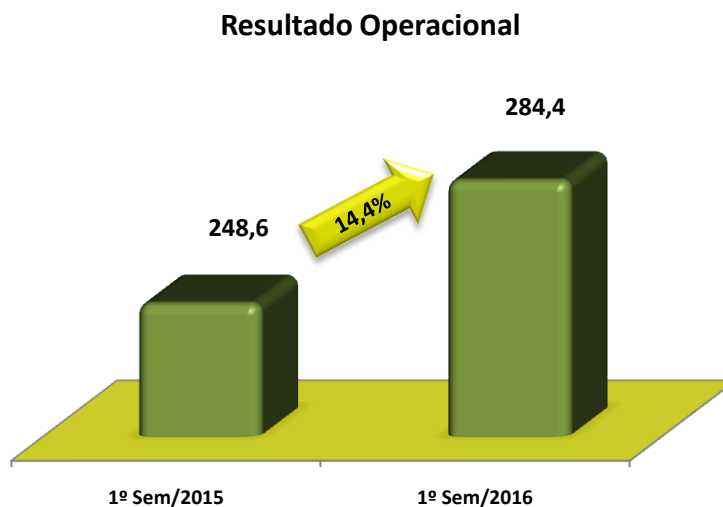
3.1 Resultado

O Banco da Amazônia apresentou no 1º semestre de 2016, lucro líquido de R\$85,0 milhões (R\$106,7 milhões no 1º semestre de 2015). A rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido foi de 8,8% no período (12,5% no 1º semestre de 2015)

Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – 1º Semestre 2016****3.2 Resultado Operacional**

O Resultado Operacional evoluiu em 14,4%, passando de R\$248,6 milhões (1º semestre de 2015) para R\$284,4 milhões, fruto das ações estratégicas do Banco que potencializaram as receitas, especialmente as de intermediação financeira, destacando-se:

- Elevação das Receitas de Operações de Crédito em 12,5%, com destaque para recuperação de créditos baixados como prejuízo obtendo um aumento de 148,2% comparando com o mesmo período de 2015.
- Evolução do resultado com Títulos e Valores Mobiliários de 13,0%;
- Aumento de Outras Receitas Operacionais em 39,3%;

**3.3 Crédito de Fomento**

O crédito de fomento contratado totalizou R\$1.356,0 milhões (R\$2.202,4 milhões no 1º semestre de 2015). Este desempenho deve-se, principalmente, ao menor nível de contratação com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) em razão do cenário econômico brasileiro, com retração da demanda por crédito e aumento da inadimplência.

3.4 Crédito para Micro e Pequenas Empresas (MPes)

O Banco, em parceria com o Sebrae, disponibiliza o acesso das micro e pequenas empresas aos produtos e serviços financeiros. Além do crédito são realizados treinamentos, capacitação, inovação e encadeamento produtivo, de forma a potencializar a geração de emprego e renda na região contemplando as orientações estratégicas do Governo Federal. No primeiro semestre de 2016, foram contratadas 1.049 operações de financiamento a micro e pequenas empresas, no montante de R\$129,4 milhões (R\$317,0 milhões no 1º semestre de 2015).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



3.5 Crédito para Microempreendedores Individuais (MEI)

Durante o semestre, o Banco efetuou, em parceria com o Sebrae, ações para alavancagem do segmento, mediante divulgação dos produtos e informação ao público, por meio de palestras mensais e participação na Semana do Microempreendedor Individual. No 1º semestre de 2016, o montante aplicado foi de R\$5,7 milhões (R\$7,0 milhões no 1º semestre de 2015) resultando numa carteira com mais de 3.891 clientes e ultrapassando o saldo de R\$16,0 milhões.

3.6 Microcrédito Produtivo Orientado – Programa Amazônia florescer

No Microcrédito Produtivo Orientado, que tem por finalidade atender aos pequenos negócios em alinhamento com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco aplicou no 1º semestre de 2016, R\$42,9 milhões (R\$41,9 milhões no 1º semestre de 2015), sendo que no Urbano foram R\$36,2 milhões (R\$37,1 milhões no 1º semestre de 2015) e no Rural o volume foi da ordem de R\$6,7 milhões, apresentando crescimento de 39,6% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$4,8 milhões).

3.7 Crédito para a Agricultura Familiar

Por intermédio do Pronaf, o Banco vem atuando de forma expressiva, financiando projetos que atendem aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social, cultural e política. No Plano Safra 2015/2016 finalizado em 30/06/2016, foram aplicados R\$548,6 milhões (R\$736,2 milhões 2015), sendo realizadas 18.973 operações (27.726 operações 2015).

Este ano foi aplicado na agricultura familiar o montante de R\$249,1 milhões, com a realização de 9.113 operações. No mesmo período de 2015, foram R\$368,6 milhões, com a efetivação de 12.014 operações.

3.8 FNO ABC e FNO-Biodiversidade

As operações contratadas por meio dos programas atingiram o montante de R\$61,0 milhões no 1º semestre de 2016 (R\$174,1 milhões no 1º semestre de 2015).

3.9 Cultura Regional

Através do programa “Amazônia Mais Cultura”, que objetiva a valorização e o desenvolvimento das atividades culturais da Amazônia, alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias da Instituição, o Banco financiou, no 1º semestre de 2016 o valor de R\$12,8 milhões correspondendo a 71,5% do valor realizado no mesmo período de 2015 (R\$17,9 milhões).

3.10 Turismo em Bases Sustentáveis

Diante do potencial turístico da Região Amazônica, o Banco incentiva as atividades turísticas, contribuindo para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, elevando a geração de emprego e renda, em consonância com a Política Nacional de Turismo.

No 1º semestre de 2016, o financiamento do Banco, em apoio ao turismo regional sustentável, atingiu o valor de R\$14,1 milhões (R\$64,3 milhões no 1º semestre de 2015), redução motivada por fatores conjunturais macroeconômicos (elevação das taxas de juros, queda do poder aquisitivo das famílias, elevação das taxas de desemprego).

3.11 Crédito Comercial

O saldo médio da carteira comercial encerrou o 1º semestre de 2016 com R\$1.928,0 milhões, representando um aumento de 21,7% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$1.584,0 milhões), com destaque para as linhas voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

3.12 Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

A carteira de títulos e valores mobiliários permanece como o item de maior participação nos ativos totais. Ao final do 1º semestre de 2016, essa carteira alcançou o montante de R\$6.567,3 milhões, aumento de 7,9% quando comparado ao 1º semestre de 2015 (R\$6.088,9 milhões). Esta variação decorreu, principalmente, do crescimento ocorrido na taxa Selic.

A Carteira está composta por 78,3% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 21,7% de títulos privados são compostos, na maioria, por letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures de grandes empresas (ratings AAA, AA e A).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



Foram realizadas operações com derivativos exclusivamente para hedge das posições prefixadas. O resultado das operações com TVM atingiu R\$485,4 milhões, superior em 13,0% ao registrado no 1º semestre de 2015 (R\$429,6 milhões), influenciado, principalmente, pelo aumento na taxa Selic.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$903,7 milhões, classificados na categoria “Títulos mantidos Até o Vencimento”, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

3.13 Captação de Recursos

✓ Depósitos

O saldo médio de captação do Banco encerrou o 1º semestre de 2016 em R\$2.939,4 milhões (R\$3.113,9 milhões no 1º semestre de 2015).

✓ LCA

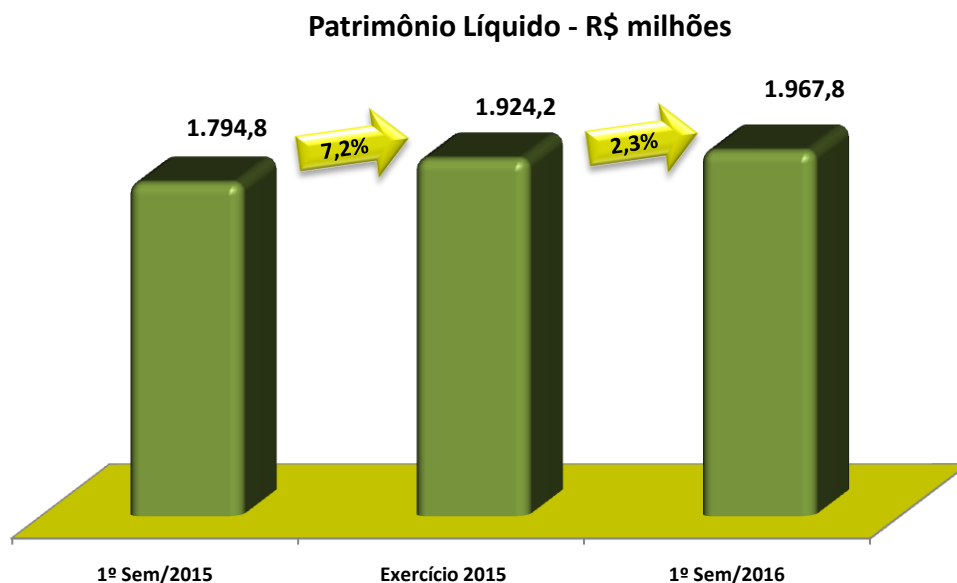
O “Letra de Crédito Produtor Rural” (LCA) apresentou crescimento, alcançando no 1º semestre de 2016 saldo médio de R\$341,4 milhões (saldo médio de R\$18,2 milhões no 1º semestre de 2015).

✓ Obrigações por Repasses

Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/FINAME e FDA, passando de R\$716,3 milhões no 1º semestre de 2015 para R\$739,0 milhões no 1º semestre de 2016.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)

O Banco encerrou o 1º semestre de 2016 com Patrimônio Líquido de R\$1.967,8 milhões, superior em 9,6% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$1.794,8 milhões).



5. ÍNDICE DE BASILÉIA (LIMITES OPERACIONAIS)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º semestre de 2016 encerrou com índice de 17,3% (16,6% no 1º semestre de 2015).

6. GESTÃO DE RISCOS

As políticas de gestão de riscos são revisadas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Em conformidade aos princípios dos Acordos de Basileia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de riscos envolve fluxo contínuo de informações, acompanhamento dos eventos e mensuração dos impactos. Atinge todas as unidades gerenciadoras de processos e de riscos. Tem como objetivo gerir os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos. O Banco considera fundamental o

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



gerenciamento de riscos e de capital para o processo de tomada de decisões, proporcionando maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação risco versus retorno.

6.1 Risco de Mercado

Risco de mercado representa a possibilidade de perda financeira por oscilação nos valores de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco. Está relacionado à flutuação dos preços de ativos ou passivos da Instituição. Para mensurar o Risco de Mercado, são utilizados métodos estatísticos, com destaque para o valor em risco (*VaR*), análise de sensibilidade e testes de estresse. O Banco possui procedimentos padronizados e sistematizados para mensurar os riscos de mercado, para gerenciar as carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*), para os testes de estresse e aderência do modelo (*backtesting*). Os limites de exposições estão definidos na Política de Risco de Mercado e visam adequar as melhores práticas de mercado e a tomada de decisões estratégicas à visão de riscos.

6.2 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa monitorar possíveis desequilíbrios ou descasamentos entre os passivos exigíveis e os ativos negociáveis que afetam a capacidade de pagamento do Banco. Esse processo envolve fluxo contínuo de informações e utiliza o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado, os índices de disponibilidade de recursos e os cenários de estresse de liquidez como instrumentos de análise. O acompanhamento, mensuração e reportes estão em consonância com a Política de Risco de Liquidez e as exigências dos órgãos reguladores. O Banco da Amazônia mantém níveis de liquidez adequados e confortáveis aos compromissos da Instituição, resultado da qualidade de seus ativos, em sua maioria composta por títulos públicos de alta liquidez.

6.3 Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e à manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pessoas físicas ou jurídicas, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C.

O Banco da Amazônia possui modelos internos que classificam o nível de risco do cliente e a operação, sendo efetuados com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas. Além dos critérios implementados nos modelos de avaliação, são considerados características do cliente como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

De modo a se incorporar melhorias ao seu processo de gestão, mantendo-se alinhado às melhores práticas do mercado bancário, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basiléia II e da Resolução 3.721/09, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos. Ao final desse processo, os modelos de classificação e avaliação de risco de crédito dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de controle de garantias, objetivando estruturar a base de garantias do Banco e oferecendo ferramentas automatizadas para a sua utilização, capacita o Banco a ter uma única base corporativa de informações, a controlar a suficiência ou disponibilidade de garantias e contribui para reduzir o risco operacional, bem como para mitigar o risco de crédito. Essa solução customizada teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender à vinculação de direitos creditórios (recebíveis), principalmente da área de Fomento.

6.4 Risco Operacional

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos pela Resolução 3.380/2006 e às práticas de mercado como o Coso (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, Cobit (Control Objectives for Information and Related Technology)*) e NBR 22301.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios estabelece os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar respostas efetivas e tempestivas para situações de crise na manutenção dos serviços essenciais e preservação dos negócios.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco – Pilar 3, no *website* do Banco da Amazônia: www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores.

7. REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia reorientou sua estratégia adotando nova política de atendimento, tendo como objetivo proporcionar maior comodidade, liberdade e independência aos seus clientes através dos terminais de atendimento do Banco 24 Horas, ampliando seus serviços de autoatendimento, melhorando a qualidade dos serviços de saque conta poupança; transferência entre contas do Banco (Corrente e Poupança); transferência para outros Bancos (DOC e TED); pagamentos de títulos de cobrança, pagamentos de tarifas públicas (água, luz e telefone); e, pagamentos de tributos (municipais, estaduais e federais). Dessa forma, o Banco proporciona uma maior amplitude de caixas eletrônicos para seus clientes em todo o Brasil.

Visando assegurar condições adequadas de atendimento ao público e de trabalho para seus funcionários, o Banco executou melhorias em suas unidades, reformando seis agências e entregando uma nova sede para a Superintendência do Pará, localizada na capital. O Banco encerrou o semestre com 131 pontos de atendimento, dos quais 124 são agências e 7 postos de atendimento, distribuídos em 11 unidades da Federação, abrangendo a Amazônia Legal, Brasília e São Paulo.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia adota as boas práticas de governança corporativa como política. Princípios como transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa são convertidos em ações objetivas junto ao público interno e externo, disseminando boas práticas de governança e benefícios para a sociedade.

O Conselho de Administração do Banco é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral. Ressalta-se que o Presidente do Banco é parte integrante do Conselho de Administração, contudo, não é o Presidente do Conselho.

O Conselho Fiscal atua de forma permanente na fiscalização da gestão verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários. Subordinado ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria atua assessorando-o em suas atribuições.

A Comissão de Ética, constituída por empregados nomeados pela Administração do Banco e eleitos pelo próprio funcionalismo, opera com diretrizes pautadas no Código de Ética do Banco, o qual contém os padrões de condutas profissionais exigidos de seus administradores e empregados, estabelecendo deveres e vedações de acordo com os princípios da ética, da moral, da justiça e da disciplina.

8.1 Auditoria Interna

O Banco da Amazônia, na forma da legislação vigente, possui unidade de Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração, denominada Secretaria Executiva de Auditoria Interna (Seaud). Sua responsabilidade é fornecer ao órgão de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria), avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, de modo a agregar valor à gestão. Os trabalhos de auditoria são geridos de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

A Secretaria Executiva de Auditoria Interna visa agregar e proteger o valor organizacional por meio de avaliações baseadas em processos com foco em riscos. Nas ações programadas, os profissionais de auditoria realizam desde o planejamento até o acompanhamento das correções e confrontam uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou normativo, pelo mais alto nível de independência e objetividade dentro da organização.

A Auditoria Interna utiliza a aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, tendo como finalidades fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

8.2 Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes e a cidadãos, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. No primeiro semestre de 2016, foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 69 demandas (67 respondidas no prazo e 2 em tramitação), contra 106 no mesmo período de 2015, apresentando redução de 34,9%. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 26 registros de reclamações, sendo 8 reguladas procedentes, 4 reguladas improcedentes, 13 não reguladas e 1 regulada não conclusiva. Por intermédio do Sistema Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda não foi recebido registro de demanda.

8.3 Controles Internos

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



O Sistema de Controles Internos é constituído pelo conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Administração e por todos os empregados a fim de assegurar a eficiência e eficácia dos negócios da Instituição. Prima pelo controle dos riscos existentes e pela garantia da efetividade da operacionalização das atividades em todos os níveis de processo do Banco. Esse sistema está estruturado de modo a assegurar o alcance dos objetivos, com foco na mitigação de riscos.

Alinhado às boas práticas de Governança Corporativa, o Banco da Amazônia adota a transparência, a equidade, a apresentação de contas e a responsabilidade corporativa como atributos essenciais à gestão.

Como suporte à governança corporativa, o sistema de controles internos permeia toda a estrutura organizacional e todos os níveis hierárquicos do Banco, cabendo a cada funcionário a execução das atividades de acordo com plano estratégico, as políticas e normas internas.

9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

No 1º semestre de 2016, foram realizadas melhorias nos sistemas internos, tais como a implantação de regras no novo modelo de risco de crédito de pessoa física, a sistematização da Política de Crédito de Médias, Grandes Empresas e Grupo Econômico e a implantação do Seguro Rural Colheita Garantida, visando um maior controle das atividades executadas e uma maior agilidade dos serviços.

Alinhado ao plano estratégico do Banco, entrou em vigência o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o período 2016-2019, que contempla todas as ações corporativas que utilizam a TI.

10. OUTROS DESTAQUES

10.1 Programa de Apoio a Pesquisa

O Programa de Pesquisa do Banco da Amazônia apoia financeiramente instituições de ensino e pesquisa da região, por meio de recursos não reembolsáveis, para a realização de projetos de pesquisa aplicada, relacionadas com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e alinhadas aos negócios do Banco. Até o 1º semestre de 2016, o Banco contemplou 387 projetos de pesquisa, resultando no montante de recursos de R\$28,2 milhões.

10.2 Patrocínios

O Banco investiu em ações e eventos nos segmentos cultural, esportivo, social e ambiental, em especial em feiras e exposições, os quais contribuíram para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, permitindo a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, além da melhoria da qualidade de vida e do acesso à inclusão social. Houve, ainda, o apoio às atividades esportivas envolvendo atletas olímpicos e paraolímpicos.

O incentivo do Banco durante o 1º semestre de 2016 é destacado através de projetos como “3ª Edição do Boulevard” e “Depois da Chuva”, levando cultura e história regional ao público, participação na “2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Cnater”, fortalecendo a participação no processo de políticas públicas voltadas ao público rural brasileiro, e incentivando o público à leitura mediante o apoio a “XX Feira Pan-Amazônica do Livro”.

10.3 Eventos

No que se refere a consolidar sua atuação, o Banco buscou estreitar parcerias com os principais atores do desenvolvimento regional por meio de reuniões e assinaturas de acordos com o propósito de melhor promover a concessão de crédito na Amazônia. Em fevereiro e março deste ano, foram assinados Protocolos de Intenções com os governadores de cada um dos Estados da Amazônia Legal, a fim de constituir parcerias estratégicas para fortalecer a economia e gerar emprego e renda para a população. Nos encontros realizados, houve ampla participação de prefeituras, entidades representativas, federações, sindicatos e da classe empresarial.

10.4 Comunicação Corporativa

Durante o semestre foram produzidos 383 informativos internos abrangendo temas sobre planejamento estratégico, negócios firmados, renegociação, saúde, cultura, tecnologia, entre outros. Houve uma edição da revista “Notícias em Movimento”, veiculada ao público interno e externo.

10.5 Publicação do Relatório de Sustentabilidade 2015

Como parte do nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, foi publicado neste semestre, o Relatório de Sustentabilidade 2015, em versão eletrônica disponível no site do Banco (www.bancoamazonia.com.br).

A abrangência do Relatório vai além de um meio de comunicação e de autoconhecimento criado para a melhoria contínua da gestão. Contribui de forma transparente e eficiente para a prestação de contas das ações que Banco da Amazônia está realizando, seja por meio da execução de políticas públicas, seja pela oferta de produtos e serviços financeiros, dentre outras realizações.

10.6 Grupamento de Ações

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Banco, realizada em 07 de março de 2016, entre outras matérias, aprovou a proposta da Administração para grupamento das ações na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), passando o Capital Social a ser composto de 29.645.967 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem alteração do valor do Capital Social, nos termos do artigo 12 da Lei 6.404/76.

O Banco Central do Brasil, por meio de Ofício, datado de 20 de junho de 2016, homologou os atos da referida AGE.

As orientações para os acionistas constam no Aviso ao Acionista, datado de 05 de julho de 2016, que está disponível no site da CVM/Bovespa e no do Banco, assim como foi publicado nos jornais de grande circulação de Belém, no Diário Oficial do Estado do Pará e em um de circulação nacional.

Foi estabelecido ao acionista o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o ajuste das posições, sendo que a partir de 22 de agosto de 2016, as ações ordinárias representativas do capital social do Banco passarão a ser negociadas exclusivamente grupadas na proporção resultante do grupamento.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1 Novo Modelo de Gestão de Pessoas

O projeto do novo modelo de gestão de pessoas implementado por intermédio da Consultoria Deloitte está em andamento. Com sua conclusão será possível verificar as lacunas que precisam ser supridas e os procedimentos que precisam ser aperfeiçoados. Objetivando a busca da satisfação e do bem-estar dos colaboradores e, principalmente, o fortalecimento do Banco.

11.2 Ações e Treinamento

O Banco da Amazônia tem incentivado seus funcionários a buscar uma maior qualidade de vida, através dos projetos de controle da obesidade e estímulo para prática de atividades físicas (Programa Ver O Peso e Corredores em Ação). Também tem motivado seus funcionários na busca de conhecimentos mediante palestras, cursos voltados a diversas áreas operacionais e programas educacionais, além de incentivos à realização de curso superior, de pós-graduação e de língua estrangeira. A Instituição também tem demonstrado a preocupação com a qualidade do ambiente de trabalho, disponibilizando kits de Equipamento de Proteção Individual (E.P.I) a determinados empregados para realização de suas atividades, contribuindo para a Saúde e Segurança do Trabalho na prevenção de acidentes.

Dentre as ações desenvolvidas pela Gerência de Pessoas (Gepes), no primeiro semestre de 2016, destaca-se a assinatura do Termo de Compromisso, pelo Banco da Amazônia, referente à implantação da 6ª Edição do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, instituído pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Este programa visa disseminar princípios e práticas de valorização às diferenças de gênero e raça, objetivando a aceitação e reconhecimento do indivíduo, combatendo possíveis situações de preconceito e discriminação no ambiente de trabalho e no trato com os clientes.

Durante o 1º semestre deste ano, o Banco da Amazônia promoveu treinamento com o propósito de alinhar o conhecimento sobre o programa eSocial, conhecer as mudanças que o sistema vai trazer para as empresas e como operacionalizá-lo. Esse treinamento tem em vista a conexão do Banco com o Governo Federal, ainda este ano, por meio do eSocial, para unificar a coleta de informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de todos os trabalhadores.

11.3 Composição do Quadro de Pessoal

O Banco encerrou o 1º semestre de 2016 contando com 3.174 empregados (3.169 no 1º semestre de 2015).

12. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (Capaf)

Todos os planos de previdência complementar oferecidos pelo Banco a seus empregados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf).

Permanece inalterada a situação de desequilíbrio do Plano de Benefício Definido (PBD) e do Plano Misto de Benefícios (PMB). Esses planos são compostos pelos participantes que não aderiram aos planos saldados implantados em 2013 e abrigam 48% de todos os participantes da Capaf.

O Banco registra 50% do déficit que é calculado atuarialmente na forma definida pela Del. CVM nº 695/2012. Essa sistemática de reconhecimento tem sido objeto de ressalva recorrente por parte da auditoria independente por entender que o Banco deveria provisionar a totalidade do *déficit*. Entretanto, a Administração entende que as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001, estabelecem responsabilidades paritárias entre patrocinador e participantes do plano de previdência complementar, no equacionamento de eventual déficit atuarial.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2016



O entendimento em questão foi ratificado por parecer de juristas contratados para análise do procedimento, no qual foi evocado, além das Leis Complementares acima referidas, o art. 202 § 3º da Constituição, que limita as contribuições ordinárias das patrocinadoras de planos de benefícios a 50,0% do déficit existente.

Assim, as medidas de provisionamento adotadas estão aderentes à legislação em vigor. Nos casos em que há decisões judiciais impondo ao Banco a obrigação integral por eventuais direitos de participantes, o Banco vem provisionando 100% do valor definido na condenação. Esses casos são situações específicas e a provisão é realizada na medida em que tais decisões passam a ter exigibilidade, e apenas nestes casos, em face da necessidade de se dar cumprimento à decisão judicial.

Em cumprimento a determinação judicial exarada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0000302-75.2011.5.08.0008, desde março de 2011 o Banco vem repassando à Capaf, mensalmente, o valor da insuficiência para pagamento da folha do Plano de Benefício Definido (PBD). No semestre, importou em R\$21,5 milhões (R\$17,3 milhões no 1º semestre de 2015).

O semestre findo em 30 de junho de 2016 encerrou com as seguintes provisões relacionadas aos planos de previdência complementar administrados pela Capaf:

- ✓ valor repassado a maior de 2001 a 2005 (R\$107,8 milhões);
- ✓ causas judiciais classificadas pelo jurídico como de risco provável (R\$49,7 milhões);
- ✓ registro de 50% do déficit do plano BD e Misto, calculado de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695/2012 (R\$342,0 milhões);
- ✓ penhoras de responsabilidade da Capaf que o Banco está honrando para posterior ressarcimento (R\$67,0 milhões).

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Com relação a ação ingressada pela Advocacia-Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA), visando rescindir a decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf (única decisão judicial existente cuja determinação é a condenação do Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf), permanece, ainda, em fase de instrução para posterior julgamento. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

13. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na forma da Circular do Banco Central nº 3.068/2001, no montante de R\$778,9 milhões, os quais representam 11,8% do total da carteira de títulos.

14. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Conforme dispõe a Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no 1º semestre de 2016, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais
Nota 3 - Principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Nota 7 – Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Patrimônio líquido
Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 16 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 17 - Fundo de investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 18 - Fundo de desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 19 - Fundo constitucional de financiamento do norte (FNO)
Nota 20 - Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)
Nota 21 - Fundo da marinha mercante (FMM)
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros
Nota 23 - Partes relacionadas
Nota 24 - Benefícios a empregados
Nota 25 - Remuneração paga aos empregados
Nota 26 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 27 - Análise de sensibilidade
Nota 28 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 29 - Outras informações

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 19), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº 17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
 Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
 Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
 Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
 Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
 Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
 Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
 Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2016.

3. Principais práticas contábeis**a) Moeda funcional**

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares Bacen nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos financeiros derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro de juros, negociados na BM&FBovespa, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (*hedge* de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos seus ativos e/ou passivos financeiros.

As operações de contrato futuro de juros são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados os parâmetros divulgados pela BM&FBovespa.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* é registrado no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do *hedge*, a relação de proteção é encerrada.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do ativo e/ou passivo objeto de *hedge* estão divulgados na nota nº 6.b.

h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

m) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 24).

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 15):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 15).

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R\$173.759 (R\$174.747 em 31.12.2015 e R\$172.095 em 30.06.2015). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados (nota nº 8). O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

- A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 13.b).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas e os classificados como remoto não requerem provisão e nem divulgação.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras. (nota nº 13.b).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 29.d).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

p) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 14.d). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Disponibilidades	43.319	37.685	40.945
Disponibilidade em moeda nacional	27.718	32.223	29.871
Disponibilidade em moeda estrangeira	15.601	5.462	11.074
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	614.999	309.995	691.737
Aplicações no mercado aberto	614.999	309.995	691.737
Total	658.318	347.680	732.682

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Aplicações no mercado aberto	614.999	309.995	691.737
Posição Bancada	614.999	309.995	691.737
Letras financeiras do tesouro	380.001	59.997	40.003
Letras do tesouro nacional	90.000	-	351.736
Notas do tesouro nacional	144.998	249.998	299.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	94.529	111.881	91.596
Certificados de depósitos interfinanceiros	130.796	148.148	127.863
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)	(36.267)
Total	709.528	421.876	783.333

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$36.267 em 31.12.2015 e R\$36.267 em 30.06.2015), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no semestre R\$40.350 (R\$69.257 no 1º sem/2015) e estão registradas como rendas de TVM.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Carteira própria – livres	6.463.603	5.929.476	6.042.335
Títulos Públicos	5.036.086	4.363.492	4.290.313
Letras Financeiras do Tesouro	4.219.838	3.595.770	3.903.391
Letras do Tesouro Nacional	37.358	31.594	32.676
Notas do Tesouro Nacional	490.336	444.010	60.417
Certificados Financeiros do Tesouro	288.554	292.118	293.741
Títulos da Dívida Agrária	-	-	88
Títulos Privados	1.427.517	1.565.984	1.752.022
Debêntures	607.229	664.945	737.051
Cotas de Fundos de Investimento	136.324	141.176	166.904
Letras Financeiras	683.964	759.863	848.067
Vinculados a operações compromissadas	80.058	100.167	27.307
Títulos Públicos	80.058	100.167	27.307
Letras Financeiras do Tesouro	80.058	100.167	27.307
Vinculados a prestação de garantias	23.619	21.902	19.273
Títulos Públicos	23.619	21.902	19.273
Letras Financeiras do Tesouro	23.619	21.902	19.273
Total	6.567.280	6.051.545	6.088.915
 Circulante	 1.574.440	 1.472.960	 1.530.274
Não circulante	4.992.840	4.578.585	4.558.641

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 78,3% do total da Carteira (74,1% em 31.12.2015 e 71,2% em 30.06.2015).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$19.977 (R\$18.718 em 31.12.2015 e R\$17.507 em 30.06.2015) estão vinculados às câmaras de compensação, BM&FBovespa e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$3.642 (R\$3.184 em 31.12.2015 e R\$1.766 em 30.06.2015) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	30.06.2016						TOTAL
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	55.316	779.406	-	-	-	834.722
Títulos Públicos	-	55.316	779.406	-	-	-	834.722
Letras Financeiras do Tesouro	-	55.316	779.406	-	-	-	834.722
2-Títulos Disponíveis para venda	208.625	531.094	1.863.648	1.610.509	739.792	-	4.953.668
Títulos Públicos	-	131.968	1.183.707	1.470.684	739.792	-	3.526.151
Letras Financeiras do Tesouro	-	131.968	1.146.349	1.470.684	739.792	-	3.488.793
Letras do Tesouro Nacional	-	-	37.358	-	-	-	37.358
Títulos Privados	208.625	399.126	679.941	139.825	-	-	1.427.517
Debêntures	77.927	84.064	347.469	97.770	-	-	607.230
Cotas Fundos de Invest.-FIDC ⁽²⁾	36.501	20.034	11.058	-	-	-	67.593
Cotas Fundos de Invest.-FI REF	68.731	-	-	-	-	-	68.731
Outros Títulos – LF/NP	25.466	295.028	321.414	42.055	-	-	683.963
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	-	314	249.344	289.324	239.908	778.890
Títulos Públicos	-	-	314	249.344	289.324	239.908	778.890
Notas do Tesouro Nacional	-	-	314	249.344	770	239.908	490.336

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	288.554	-	288.554
Total 30.06.2016	208.625	586.410	2.643.368	1.859.853	1.029.116	239.908	6.567.280
Total 31.12.2015	465.640	225.194	2.683.404	1.778.120	687.247	211.940	6.051.545
Total 30.06.2015	398.292	400.460	2.039.003	2.318.121	933.039	-	6.088.915

- (1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.
- (2) Valor líquido de provisão.

a.2) Quanto aos ajustes

	30.06.2016			31.12.2015			30.06.2015		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	834.785	834.722	(63)	782.194	782.126	(68)	731.659	731.522	(137)
Letras Financeiras do Tesouro	834.785	834.722	(63)	782.194	782.126	(68)	731.659	731.522	(137)
Disponíveis para venda	4.958.653	4.953.668	(4.985)	4.595.973	4.586.277	(9.696)	5.058.997	5.053.300	(5.697)
Letras Financeiras do Tesouro	3.491.082	3.488.793	(2.289)	2.936.494	2.935.713	(781)	3.220.042	3.218.449	(1.593)
Letras do Tesouro Nacional	37.009	37.358	349	34.868	31.594	(3.274)	32.788	32.676	(112)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	55.925	52.986	(2.939)	51.362	50.153	(1.209)
Debêntures	609.024	607.230	(1.794)	666.839	664.945	(1.894)	739.147	737.051	(2.096)
Cotas Fundos Invest.-FIDC	68.279	67.593	(686)	66.030	65.344	(686)	64.354	63.668	(686)
Cotas Fundos Invest.-FI REF	69.296	68.731	(565)	75.954	75.832	(122)	103.236	103.236	-
Outros Títulos Privados - LF	683.963	683.963	-	759.863	759.863	-	848.068	848.067	(1)
Mantidos até o vencimento	778.890	778.890	-	683.142	683.142	-	304.093	304.093	-
Notas do Tesouro Nacional	490.336	490.336	-	391.024	391.024	-	10.264	10.264	-
Certificados Fin. do Tesouro	288.554	288.554	-	292.118	292.118	-	293.741	293.741	-
Outros Títulos Públicos - TDA	-	-	-	-	-	-	88	88	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$1.549 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$1.642 em 31.12.2015 e R\$1.150 em 30.06.2015), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$686 (R\$686 em 31.12.2015 e 30.06.2015) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$47.462 (R\$93.632 em 31.12.2015 e R\$44.004 em 30.06.2015).

Do total das CFT's, o montante de R\$276.648 (R\$280.064 em 31.12.2015 e R\$281.620 em 30.06.2015) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$40.360 (R\$41.837 em 31.12.2015 e R\$41.671 em 30.06.2015).

No 1º semestre de 2016, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

O resultado com TVM totalizou no semestre R\$485.432 (R\$429.581 no 1º sem/2015).

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	Marcação a mercado		
Especificação	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Desvalorização	(182.763)	(179.870)	(175.403)
Valorização	178.464	171.925	170.390
Total	(4.299)	(7.945)	(5.013)

Venda de Títulos Mantidos até o vencimento

Em fevereiro de 2013, o Banco assinou com a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf), 04 (quatro) contratos referentes ao saldamento dos planos de Benefício Definido (BD) e Misto, que importaram, naquela ocasião, em R\$685.327.

Em razão dessa obrigação, no período de 16/12/2015 a 07/01/2016, Banco adquiriu títulos do Tesouro Nacional, com as seguintes características:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Título	Vencimento	Qde.	Taxa Média	Financeiro (R\$ milhões)
NTN-B Ago/2024	15/08/2024	82.700	IPCA + 7,33% ano	215,0
NTN-B Mai/2035	15/05/2035	93.710	IPCA + 7,37% ano	225,4
Total		176.410		440,4

A aquisição teve como pressuposto o seguinte:

- busca de títulos com vencimentos mais próximos possíveis dos vencimentos dos contratos;
- montantes que equalizassem o total dos contratos, juntamente com os CFT-E5 já existentes na carteira do Banco; e
- as taxas de aquisição deveriam ter um piso de 5,92% ano, a fim de assegurar retorno adicional suficiente para compensar diferenças de flutuação entre o IPCA (indexador das NTNs-B) versus INPC (indexador dos Contratos celebrados com a Capaf) acrescida da taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais dos planos de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (naquela ocasião fixada em 5,50% ano).

Na ocasião, referidos títulos foram classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", em virtude de o Banco dispor de capacidade financeira para mantê-los em carteira até seus vencimentos e se aproximarem tanto ao volume dos fluxos mensais de pagamentos como também ao horizonte temporal da vida útil dos contratos, funcionando como um contrapeso aos prováveis impactos dos passivos/Capaf no Banco.

Entretanto, em abril/2016, foi constatado um excedente de ativos/títulos em relação aos Contratos/Capaf de R\$15,097 milhões, visto existirem no mercado NTNs-B com vencimento para ago/2026 que eram as mais adequadas para fazer face aos vencimentos dos referidos contratos.

O art. 1º da Resolução CMN nº 3.181/2004 estabelece que as operações de alienação de títulos públicos federais classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da instituição financeira quando da classificação na referida categoria.

Assim, foram vendidas 82.700 NTNs-B ago/2024 e compradas NTNs-B ago/2026, correspondente a R\$245.732, volume financeiro equivalente ao montante existente no estoque das 82.700 NTNs-B ago/2024.

A venda das NTNs- B geraram lucro de R\$21.898.

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender as suas necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando-se de metodologias estatísticas e simulações para mensurar os riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio, nos preços dos ativos e/ou passivos.

Ativos vinculados aos Instrumentos Financeiros Derivativos para hedge de Risco de Mercado

Ativos vinculados ao Hedge	Ajuste a valor de mercado		
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Letras do Tesouro Nacional (Vcto Jan/2019)	37.358	31.594	32.676
Total	37.358	31.594	32.676

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como hedge de Risco de Mercado

Instrumento de Hedge	Ajuste a valor de mercado		
	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Futuro de Juros (Contrato DI1F19 - Vcto Jan/2019)	37.373	31.529	33.429
Total	37.373	31.529	33.429

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Letras Fin.do Tesouro (Vcto Mar/2017)	3.162	2.962	2.770
Total	3.162	2.962	2.770

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Ajustes Financeiros Acumulados	(3.555)	(4.327)	(7.792)
Total	(3.555)	(4.327)	(7.792)

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	30.06.2016			31.12.2015			30.06.2015		
	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total
Operações de crédito									
Empréstimos	1.248.593	114.325	1.362.918	1.289.417	109.830	1.399.247	1.304.104	105.704	1.409.808
Títulos descontados	21.763	11.969	33.732	44.486	11.117	55.603	44.961	4.575	49.536
Financiamentos	1.352.456	51.219	1.403.675	1.440.691	39.416	1.480.107	1.348.849	18.309	1.367.158
Financiamentos rurais	968.165	24.089	992.254	976.944	22.918	999.862	871.236	42.774	914.010
Subtotal	3.590.977	201.602	3.792.579	3.751.538	183.281	3.934.819	3.569.150	171.362	3.740.512
Outros créditos	384	-	384	488	-	488	921	7	928
Diversos	384	-	384	488	-	488	921	7	928
Subtotal	3.591.361	201.602	3.792.963	3.752.026	183.281	3.935.307	3.570.071	171.369	3.741.440
Adiant. s/ contrato de câmbio	40.571	758	41.329	42.012	-	42.012	21.071	-	21.071
Total da carteira	3.631.932	202.360	3.834.292	3.794.038	183.281	3.977.319	3.591.142	171.369	3.762.511
(Provisões)									
(Operações de crédito)	(69.592)	(83.510)	(153.102)	(90.723)	(87.412)	(178.135)	(75.673)	(56.598)	(132.271)
(Outros créditos)	(4)	-	(4)	-	-	-	(5)	(4)	(9)
(Câmbio)	(204)	(23)	(227)	(225)	-	(225)	(133)	-	(133)
Total das provisões	(69.800)	(83.533)	(153.333)	(90.948)	(87.412)	(178.360)	(75.811)	(56.602)	(132.413)
Total líquido	3.562.132	118.827	3.680.959	3.703.090	95.869	3.798.959	3.515.331	114.767	3.630.098

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Setor Público	401.360	400.866	285.320
Administração direta	57.717	66.374	75.144
Administração indireta	132.212	-	-
Atividades empresariais	211.431	334.492	210.176
Setor Privado	3.432.932	3.576.453	3.477.191
Rural	992.928	1.000.570	914.250
Indústria	916.889	954.421	853.889
Comércio	758.170	810.209	861.113
Pessoas físicas	262.956	289.427	277.547
Serviços	501.989	521.826	570.382
Intermediários Financeiros	-	-	10
Total da carteira	3.834.292	3.977.319	3.762.511

b) Concentração dos principais devedores:

	30.06.2016	% Carteira	31.12.2015	% Carteira	30.06.2015	% Carteira
10 maiores devedores	1.534.607	40,0	1.551.014	39,0	1.411.341	37,5
50 maiores devedores	906.762	23,6	1.049.366	26,4	1.051.745	28,0
100 maiores devedores	301.245	7,9	401.933	10,1	355.199	9,4
Demais devedores	1.091.678	28,5	975.006	24,5	944.226	25,1
Total	3.834.292	100,0	3.977.319	100,0	3.762.511	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

c) Operações vincendas

	0 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	181 - 360	acima de 360	total da carteira
AA	582.245	98.030	58.793	96.215	175.393	140.642	1.151.318
A	680.532	144.811	34.373	210.820	185.843	292.110	1.548.489
B	556.457	93.086	30.446	53.599	21.980	13.946	769.514

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

C	9.170	3.789	741	22.187	2.510	1.626	40.023
D	9.042	237	407	924	955	91	11.656
E	18.298	338	123	61	210	54.548	73.578
F	6.070	104	366	2.211	986	268	10.005
G	7.509	81	-	158	335	14	8.097
H	11.329	3.282	2.387	1.155	1.008	91	19.252
Total 30.06.2016	1.880.652	343.758	127.636	387.330	389.220	503.336	3.631.932
Total 31.12.2015	1.783.553	306.620	104.871	307.661	776.403	514.930	3.794.038
Total 30.06.2015	1.727.395	495.292	143.321	241.926	344.499	638.709	3.591.142

d) Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	39.575	5.107	-	-	-	-	44.682
C	1.945	12.697	1.307	635	-	-	16.584
D	1.186	1.597	15.646	4.679	-	-	23.108
E	3.941	5.184	1.209	12.764	2.218	-	25.316
F	657	6.135	13.898	9.071	5.152	-	34.913
G	211	97	306	4.424	3.397	-	8.435
H	1.307	795	1.340	4.241	40.351	1.288	49.322
Total 30.06.2016	48.822	31.612	33.706	35.814	51.118	1.288	202.360
Total 31.12.2015	36.260	26.335	27.295	29.454	61.483	2.454	183.281
Total 30.06.2015	54.142	27.968	40.200	20.995	27.000	1.064	171.369

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas, nos nove níveis de risco:

30.06.2016	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	1.151.318	1.358.560	602.765	56.607	34.764	98.894	44.918	16.532	68.574	3.432.932
Rural	578.961	243.364	95.853	30.847	4.038	16.885	9.448	874	12.658	992.928
Indústria	407.628	217.394	241.681	5.029	14.422	8.527	5.835	3.000	13.374	916.890
Comércio	79.003	361.160	229.752	11.265	5.813	14.873	27.156	9.719	19.429	758.170
Serviços	40.479	378.759	14.403	1.536	6.097	55.653	545	796	3.721	501.989
Pessoas físicas	45.247	157.883	21.076	7.930	4.394	2.956	1.934	2.143	19.392	262.955
Setor público	-	189.929	211.431	-	-	-	-	-	-	401.360
Total da carteira	1.151.318	1.548.489	814.196	56.607	34.764	98.894	44.918	16.532	68.574	3.834.292
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(7.742)	(8.142)	(1.698)	(3.477)	(29.668)	(22.459)	(11.573)	(68.574)	(153.333)
31.12.2015										
Total da carteira	1.355.574	1.516.806	807.391	59.391	78.670	34.207	33.198	8.068	84.014	3.977.319
Prov. requerida/constituída	-	(23.957)	(16.063)	(2.759)	(18.307)	(10.750)	(16.771)	(5.740)	(84.013)	(178.360)
30.06.2015										
Total da carteira	1.257.712	1.535.010	730.404	63.907	66.678	43.507	7.231	5.896	52.166	3.762.511
Prov. requerida/constituída	-	(24.355)	(14.986)	(2.894)	(16.464)	(13.540)	(3.787)	(4.220)	(52.167)	(132.413)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

Não obstante a necessidade que os bancos têm de constituir a provisão regulatória, a Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, prevê a possibilidade de incremento de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

Reversão da Provisão excedente

Em junho de 2015, a constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) excedente foi aprovada pela Diretoria do Banco. Essa provisão excedente teve como principais objetivos amparar eventuais impactos na estrutura de capital do Banco, além de resguardar uma possível dificuldade de cobertura de provisão, conforme estimativas de perdas esperadas da carteira de crédito, em situações não consideradas pelos modelos de classificação de risco da Provisão Regulatória (Resolução CMN nº 2.682/1999) do Banco.

Em junho de 2016, o Banco optou pela desconstituição da PCLD excedente, o que demonstrou o acerto na decisão estratégica de constituição excedente de PCLD em 2015. A materialização do cenário macroeconômico desafiador e o

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

comportamento do ambiente de negócios previstos nas análises anteriores, assim como também a elevação no nível de provisão regulamentar provocada pela finalização da primeira etapa do processo de revisão e reconstrução de modelos de concessão do Banco, em especial o modelo de risco de crédito Pessoa Física – Produtor Rural (o qual representa cerca de 40% da carteira do Banco), levaram a uma revisão da metodologia utilizada para a PCLD excedente.

A piora do risco de crédito dos clientes no primeiro semestre de 2016, que decorreu das novas condições econômicas do país e de melhorias implementadas nos modelos de apuração do risco de clientes resultou em incremento da provisão de acordo com as regras da Resolução CMN nº 2.682/1999. Esse cenário foi identificado de forma individualizada, sendo que nos maiores casos o Banco fez uso da provisão adicional, gerando, portanto, uma migração da provisão adicional para a regulatória.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	1º sem/2016	1º sem/2015
SalDOS no início do período	(178.360)	(83.830)
Provisões constituídas	(68.266)	(76.641)
Valores baixados para prejuízo	66.249	28.009
Reversões	27.044	49
SalDOS no fim do período	(153.333)	(132.413)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$945.787 (R\$890.986 em 31.12.2015 e R\$865.350 em 30.06.2015).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$20.655 (R\$8.323 no 1º sem/2015).

g) Receitas de Operações de Crédito

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Empréstimos	64.704	60.638	129.975	114.916
Títulos descontados	2.153	3.725	5.267	6.534
Financiamentos	32.841	19.235	71.620	81.671
Financiamentos rurais e agroindustriais	26.157	19.916	50.162	35.435
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.546	4.184	20.655	8.323
Total	141.401	107.698	277.679	246.879

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	1º sem/2016	1º sem/2015
Renegociadas	92.000	15.180
Carteira Comercial	55.539	4.023
Carteira de Fomento	36.461	11.157
Recuperadas	20.655	8.323
Carteira Comercial	5.690	4.653
Carteira de Fomento	2.903	3.670
Câmbio	8.749	-
Outros - FNO	3.313	-

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Carteira de câmbio	36.379	48.394	23.680
Rendas a receber	58.902	59.783	55.882
Negociação e intermediação de valores	59	77	-
Diversos	1.206.187	1.167.501	1.166.045
Crédito tributário (nota nº 15)	1.102.361	1.064.796	1.071.189
Títulos e créditos a receber	22.192	22.949	23.022
Capaf	173.759	174.747	172.095
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(173.759)	(174.747)	(172.095)
Tecnologia	21.705	21.705	21.705
Outros	487	1.244	1.317
Remuneração OGU	451	1.209	1.281
Diversos	36	35	36

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devedores por compra de valores e bens	384	487	928
Devedores por dep. em garantia (nota nº 29.d)	48.662	46.824	44.297
Recursos Fiscais	348	348	348
Recursos Trabalhistas	39.630	37.792	35.265
Recursos Cíveis	8.684	8.684	8.684
Devedores para apuração de responsabilidades	11.710	10.184	12.450
Impostos e contribuições a compensar	29	14	17
Pagamentos a ressarcir	15.309	11.576	8.103
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	3.098	2.415	2.032
Saque a ressarcir rede compartilhada	574	574	723
Equalização – STN/FDA	2.011	1.786	1.394
Suprimento 24 Horas	5.325	4.132	1.181
Rebates	1.361	1.387	1.473
Tributos federais recolhidos a compensar	1.955	-	-
Outros pagamentos	985	1.282	1.300
Devedores diversos	5.520	9.742	5.999
Adiantamentos para pagamentos	20	18	40
Adiantamentos e antecipações salariais	-	911	-
Provisão para outros créditos	(231)	(225)	(142)
Total	1.301.296	1.275.530	1.245.465
Circulante	346.174	295.284	259.110
Não circulante	955.122	980.246	986.355

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “Outros Créditos” o montante de R\$173.759 (R\$174.747 em 31.12.2015 e R\$172.095 em 30.06.2015), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2015 e em 30.06.2015) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato “Termo de acordo, composição e ajuste”. Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente (nota nº 13.b).

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$11.710 (R\$10.184 em 31.12.2015 e R\$12.450 em 30.06.2015), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências. Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente, por envolver processo de apuração disciplinar que poderá resultar em sanções a empregados (nota nº 13.b).

9 Ativo Permanente

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
a) Investimentos			
Incentivos fiscais	98	98	98
Títulos patrimoniais	126	126	126
Outros	43	43	43
Total	267	267	267
b) Imobilizado de uso			
Imóveis de uso	60.561	56.685	53.645
Terrenos	2.664	2.664	2.664
Edificações	57.897	54.021	50.981
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	185.180	193.532	185.784
Móveis e equipamentos em estoque	1.868	2.359	2.724
Imobilizações em curso	27.232	34.534	36.258
Instalações, móveis e equipamentos de uso	55.260	53.479	51.147
Instalações	5.916	3.677	2.570

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Móveis e equipamentos de uso	49.344	49.802	48.577
Outras	100.819	103.160	95.655
Sistema de comunicação	1.324	1.223	1.239
Sistema de processamento de dados	94.025	97.021	89.436
Sistema de segurança	5.003	4.612	4.676
Sistema de transporte	467	304	304
(-) Depreciações acumuladas	(142.064)	(139.646)	(136.600)
Total	151.706	158.600	150.858

c) Intangível ⁽¹⁾

Software desenvolvido e em desenvolvimento	222.929	208.132	202.964
(-) Amortização Acumulada	(100.487)	(92.393)	(84.252)
Total	122.442	115.739	118.712

Total permanente

274.415	274.606	269.837
----------------	----------------	----------------

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo permanente no semestre está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2015	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2016
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	158.600	2.469	(200)	(9.163)	151.706
Intangível	115.739	14.869	(73)	(8.093)	122.442
Total	274.606	17.338	(273)	(17.256)	274.415

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Limite para Imobilização	1.394.263	1.441.571	1.336.776
(-) Situação	(244.810)	(259.212)	(269.837)
Margem	1.149.453	1.182.359	1.066.939
Índice de imobilização	8,8	9,0%	10,1%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2016	Total em 31.12.2015	Total em 30.06.2015
À Vista	622.465	-	-	622.465	650.074	879.085
Poupança	521.216	-	-	521.216	548.738	579.197
Interfinanceiros	-	27.911	-	27.911	17.480	77.465
A Prazo	967.186	456.300	397.527	1.821.013	1.861.422	1.935.622
A prazo	356.236	452.714	386.068	1.195.018	1.148.323	1.205.673
Judiciais com remuneração	45.902	-	-	45.902	41.601	40.819
Especiais com remuneração	565.048	3.586	11.459	580.093	671.498	689.130
Sudam ⁽¹⁾	403.743	-	-	403.743	506.752	529.749
Finam	155.759	-	-	155.759	140.707	132.630
FAT (nota nº 20)	5.201	3.586	11.459	20.246	23.710	26.437
Outros	345	-	-	345	329	314
Total	2.110.867	484.211	397.527	2.992.605	3.077.714	3.471.369

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	2.595.078	2.827.047	3.164.017
Não circulante	397.527	250.667	307.352

(1) Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$79.993 (R\$100.045 em 31.12.2015 e R\$27.264 em 30.06.2015), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 14,2% (13,8% em 31.12.2015 e 12,6% em 30.06.2015) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Despesas de captações com depósitos	(75.830)	(68.311)	(148.331)	(131.398)
A prazo	(35.805)	(35.460)	(70.206)	(68.941)
Poupança	(9.899)	(10.506)	(20.021)	(22.041)
Especiais	(17.995)	(19.425)	(35.296)	(35.586)
Interfinanceiros	(254)	(507)	(430)	(676)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(10.006)	(696)	(18.713)	(696)
Demais captações	(1.871)	(1.717)	(3.665)	(3.458)
Desp. de captações no mercado aberto	(2.038)	(936)	(5.177)	(8.077)
Carteira própria	(2.038)	(936)	(5.177)	(8.077)
Total	(77.868)	(69.247)	(153.508)	(139.475)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas pré-fixadas ou flutuantes e disponibilizada pelo Banco a seus clientes a partir de março/2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2016 é de R\$44.124 (R\$46.939 em 31.12.2015 e R\$27.055 em 30.06.2015), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,6% a.a. (1,8% a.a. em 31.12.2015 e 1,3% a.a. em 30.06.2015) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.06.2016			31.12.2015			30.06.2015		
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES Finem	3,2	9,6	44.537	3,6	8	47.895	3,8	8,2	47.381
BNDES Industrial	7,0	17,8	278.279	6,7	18	284.096	7,0	18,6	285.077
BNDES Rural	2,9	7,9	70.101	2,3	9	45.025	2,3	8,2	34.633
BNDES Comércio	4,2	9,2	72.339	4,2	12	70.628	4,3	12,3	65.280
BNDES Serviços	6,8	11,2	15.266	6,8	9	15.904	6,8	9,9	14.917
Finep	1,5	9,6	1.539	1,5	3	1.693	1,5	12	941
Finame Industrial	2,0	6,3	40.210	2,0	7	42.882	1,6	7,4	41.491
Finame Rural	2,2	9,8	87.776	1,9	7	84.563	1,1	7,8	71.452
Finame Comércio	3,4	6,8	13.832	3,3	7	14.235	3,3	7,5	15.618
Finame Serviços	2,6	4,7	82.116	2,6	5	92.673	2,7	5,5	99.736
STN OGU	1,1	1,4	32.965	1,1	2	35.939	0,5	2	39.778
STN – Recoop	7,8	1	6	7,8	2	10	7,7	1,1	14
Total			738.966			735.543			716.318

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	123.403	125.476	113.611
Não circulante	615.563	610.067	602.707

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 29.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDIS Finem	500	1.799	2.154	5.589	9.981	6.265	18.249	44.537
BNDIS Industrial	2.112	4.064	1.510	13.099	37.512	34.923	185.059	278.279
BNDIS Rural	3.889	11	419	888	32.700	16.661	15.533	70.101
BNDIS Comércio	695	2.783	723	7.485	15.660	12.351	32.642	72.339
BNDIS Serviços	219	386	154	1.359	3.902	3.902	5.344	15.266
Finap	7	33	38	76	302	302	781	1.539
Finame Industrial	588	1.170	1.669	3.567	14.043	10.306	8.867	40.210
Finame Rural	3.103	2.917	87	5.322	154	37	76.156	87.776
Finame Comércio	179	380	533	1.107	4.296	3.101	4.236	13.832
Finame Serviços	1.672	3.773	5.335	10.820	38.633	15.775	6.108	82.116
STN OGU	27.649	2.036	720	779	1.754	15	12	32.965
STN – Recoop	1	1	1	3	-	-	-	6
TOTAL 30.06.2016	40.614	19.353	13.343	50.094	158.937	103.638	352.987	738.966
TOTAL 31.12.2015	31.978	15.903	17.157	60.842	172.740	125.356	311.567	735.543
TOTAL 30.06.2015	31.536	19.106	13.335	49.634	148.057	108.774	345.876	716.318

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$34.646 (R\$35.939 em 31.12.2015 e R\$39.779 em 30.06.2015).

No semestre, foram repassados pelo Tesouro R\$1.100 (R\$3.525 em 31.12.2015 e R\$1.836 em 30.06.2015). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No semestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$47 (R\$108 em 31.12.2015 e R\$23 em 30.06.2015) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$977 R\$1.144 no 1º sem/2015).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Cobrança e Arrecadação	19.016	2.023	15.558
Câmbio	2.017	1.620	1.404
Sociais e estatutárias	24.471	89.201	26.582
Fiscais e previdenciárias	186.587	182.398	209.253
Negociação e Intermediação de valores	48	48	126
Fundos financ. e de desenvolvimento (nota nº 13.a)	2.575.432	1.926.072	2.359.074
Diversas (nota nº 13.b)	2.176.971	2.075.933	2.043.097
Passivos atuariais (nota nº 13.c)	629.030	560.580	549.627
IECP (nota nº 13.d)	1.014.232	1.085.558	1.021.120
Total	6.627.804	5.923.433	6.225.841
Circulante	3.173.800	2.826.697	3.116.173
Não circulante	3.454.004	3.096.736	3.109.668

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 19)	2.236.842	1.539.271	2.042.621
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	210.139	259.453	208.160

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	128.373	127.270	108.215
Outros	78	78	78
Total	2.575.432	1.926.072	2.359.074
Circulante	2.378.076	1.681.488	2.157.106
Não circulante	197.356	244.584	201.968

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº19), não apresentando vencimento.

b) Diversas

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Provisão p/ passivos contingentes	1.991.400	1.849.590	1.849.157
Ações trabalhistas/Capaf	109.978	108.568	98.243
Ações cíveis	45.990	50.165	42.112
Demais provisões	1.835.432	1.690.857	1.708.802
Provisão – FNO (nota nº 19)	897.001	790.623	783.052
Provisão p/ fundos de investimentos	28.626	29.126	8.370
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	130.541	116.578	104.297
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 24)	604.728	587.119	619.079
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 24)	134.900	132.311	156.949
Provisão para apuração de responsabilidade	11.716	10.184	12.451
Provisão Contrato TI	21.699	21.699	21.699
Provisão - FDA (nota nº 18)	5.867	2.862	2.551
Outras provisões operacionais	354	355	354
Obrigações por aquisição de bens e direitos	45.188	50.835	60.496
Provisão para pagamentos a efetuar	76.064	81.406	72.488
Obrigações por convênios oficiais	27.897	32.219	28.521
Cheque administrativo	15	26.120	9
Parcelas de op.de Crédito – Securitização	25.677	25.391	24.564
Levantamento de depósitos recursais	2.252	2.325	2.121
Demais	8.478	8.047	5.741
Total	2.176.971	2.075.933	2.043.097
Circulante	654.493	741.083	640.944
Não circulante	1.522.478	1.334.850	1.402.153

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. Encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2016, o montante corresponde a R\$150.850 (R\$137.193 em 31.12.2015 e R\$127.805 em 30.06.2015).

Passivos cíveis, fiscais, trabalhistas e participantes Capaf – Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos homogêneos de ações, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.

Demais provisões – fundos de investimentos – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 30 de junho de 2016, foram interpostas contra o Banco da Amazônia 860 ações (997 ações em 31.12.2015). O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$28.626, considerando estoque de ações ativas (R\$29.126 em 31.12.2015 e R\$8.370 em 30.06.2015). No semestre, foram cumpridas 21 ações (36 ações em 31.12.2015) no valor de R\$2.579 (R\$6.105 em 31.12.2015).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e de fundos de investimentos, no semestre, está abaixo especificada:

	Saldos em 31.12.2015	Adições	Utilizações	Saldos em 30.06.2016
Trabalhista (Indenizações)	108.568	15.407	(13.997)	109.978
Cível/Fiscal	50.165	18.762	(22.937)	45.990
Fundos de Investimento	29.126	2.230	(2.730)	28.626

A metodologia aplicada para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

c) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do semestre dos passivos atuariais:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Fundo de pensão de benefício definido	443.059	401.709	396.118
Liquidados (nota nº 24)	377.305	342.016	338.960
Assistidos (nota nº 24)	65.754	59.693	57.158
Outros	185.971	158.871	153.509
Auxílio saúde (nota nº 24)	185.971	158.871	153.509
Total	629.030	560.580	549.627
 Circulante	 54.622	 50.824	 51.974
Não circulante	574.408	509.756	497.653

d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em 2014, a monetização dos títulos, fechando o valor em R\$982.120, tendo o Bacen, em 05.01.2015, concedida autorização para a incorporação do valor ao Capital Principal, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, computado a partir das datas das monetizações, que ocorreram em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.

Em 30 de junho de 2016, o saldo devedor do contrato é de R\$1.014.232 (R\$1.085.558 em 31.12.2015 e R\$1.021.120 em 30.06.2015), desmembrado em Passivo Circulante – Outras Obrigações, o montante R\$14.233 referente a provisão quanto ao pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e no Passivo Não Circulante o valor de R\$999.999 correspondente ao principal.

14 Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2015 e R\$1.623.252 em 30.06.2015) é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
De domiciliados no país	2.964.576.936	2.964.592.220	2.964.592.681
De domiciliados no exterior	19.826	4.542	4.081
Total	2.964.596.762	2.964.596.762	2.964.596.762

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2016		31.12.2015		30.06.2015	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
União	2.865.776.929	96,7	2.866.859.929	96,7	2.866.859.929	96,7
Adm.direta–Min.da Fazenda	1.511.944.349	51,0	1.511.944.349	51,0	1.511.944.349	51,0
Administração indireta	1.353.832.580	45,7	1.354.915.580	45,7	1.354.915.580	45,7
BB FGEDUC	1.045.386.681	35,3	1.045.923.130	35,3	1.045.923.130	35,3
BB FGO-Fundo Inv.em ações	308.445.899	10,4	308.992.450	10,4	308.992.450	10,4
Demais	98.819.833	3,3	97.736.833	3,3	97.736.833	3,3
Total	2.964.596.762	100,0	2.964.596.762	100,0	2.964.596.762	100,0

b) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$23.943 (R\$24.348 em 31.12.2015 e R\$24.776 em 30.06.2015) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações de reservas de reavaliação, no período, importaram em R\$405 (R\$882 em 31.12.2015 e R\$454 em 30.06.2015), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

c) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Reservas de Capital	2.253	2.253	2.253
Reserva de Lucros	829.348	764.243	691.051
Legal	118.721	114.472	107.358
Estatutária	710.627	649.771	583.693

d) Lucro por ação

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Prejuízo/Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	84.985	248.968	106.698
Quantidade de ações (em unidades)	2.964.596.762	2.964.596.762	2.964.596.762
Lucro por ação (R\$)	0,02867	0,08398	0,03599

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

O Bacen, através da Carta-circular nº 3.729/2015, criou títulos, com efeito a partir da data-base janeiro de 2016, para o registro de ganhos ou perdas decorrentes de remensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Ajustes de avaliação patrimonial	(511.022)	(489.938)	(546.488)
Títulos Disponíveis para Venda	(2.579)	(4.816)	(3.008)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(508.443)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(485.122)	(543.480)

f) Destinação do lucro líquido

A destinação do lucro está demonstrada a seguir, sendo provisionado vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado, na forma de juros sobre o capital próprio (JCP), que serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016, atendendo o que estabelece o art. 65, inciso II do Estatuto Social do Banco.

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Lucro Líquido	84.985	248.968	106.698
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(4.249)	(12.448)	(5.334)
Saldo após a Reserva Legal	80.736	236.520	101.364
Realização da Reserva de Reavaliação	405	882	454
Base de cálculo para distribuição	81.141	237.402	101.818
Juros s/ capital próprio – JCP ^(*)	(20.285)	(94.961)	-
Dividendos (25% da base de cálculo)	-	-	(25.455)
Reserva Estatutária	60.856	142.441	76.363

^(*) Em 30.06.2016 o JCP corresponde a 25% da base de cálculo e em 31.12.2015 corresponde a 40%.

Foi provisionado, a título de PLR, o montante de R\$2.550, que corresponde a 3% do Resultado.

15 Imposto de renda e contribuição social**a) Provisões constituídas**

Neste semestre, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.06.2016		31.12.2015		30.06.2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	290.616	290.616	533.631	533.631	251.626	251.626
Participações Estatutárias	(2.550)	(2.550)	(23.720)	(23.720)	-	-
Juros sobre capital Próprio	(20.285)	(20.285)	(94.961)	(94.961)	-	-
Instrumentos Elegíveis	-	-	(85.666)	(85.666)	-	-
Lucro antes do IRPJ e CSLL	267.781	267.781	329.284	329.284	251.626	251.626
Adições líquidas caráter permanente	10.081	10.179	24.323	24.508	675	770
Adições líquidas caráter temporário	232.277	232.277	340.977	340.977	315.913	315.913
Lucro tributável antes compensações	510.139	510.237	694.584	694.769	568.214	568.309
Lucro tributável antes compensações-até agosto/2015	-	-	-	729.020	-	-
Alíquotas	15%	20%	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	76.521	102.047	104.188	109.353	85.232	85.246
Lucro tributável antes compensações – set.a dez/2015	-	-	-	(34.252)	-	-
Alíquota a partir de setembro/2015	-	-	-	20%	-	-
Valores devidos pela nova alíquota	-	-	-	(6.850)	-	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicional de Imposto de Renda (10%)	51.002	-	69.434	-	56.809	-
Incentivos	(3.463)	-	(5.198)	-	(3.710)	-
Valores devidos	124.060	102.047	168.424	102.503	138.331	85.246
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(183)	(146)	991	564	1.147	689
Valores registrados em resultado antes da ativação	123.877	101.901	169.415	103.067	139.478	85.935
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(21.558)	(1.139)	(44.740)	(52.465)	(50.303)	(30.182)
Valores efetivamente registrados no resultado	102.319	100.762	124.675	50.602	89.175	55.753
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	35,2	34,7	37,9	15,4	35,4	22,2

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No semestre, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o semestre findo em 30 de junho de 2016:

	31.12.2015	Constituição	Realização	30.06.2016
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	108.568	15.407	13.997	109.978
Provisão para Risco de Crédito-Banco	250.392	68.266	48.109	270.549
Provisão para Risco de Crédito-FNO	958.774	135.733	83.100	1.011.407
Auxílio pós-emprego	343.891	31.142	29.687	345.346
Auxílio pós-emprego – Del 695	85.650	38.868	-	124.518
Planos Saldados	416.761	35.734	34.990	417.505
Provisão Caixa de Previdência	174.747	308	1.296	173.759
Provisão para Operações SEC I	116.578	13.963	-	130.541
Outras Provisões	123.112	22.156	26.998	118.270
Base de Cálculo	2.578.473	361.577	238.177	2.701.873
Imposto de Renda Diferido (25%)	644.618	90.394	59.544	675.468
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	108.568	15.407	13.997	109.978
Provisão para Risco de Crédito-Banco	250.392	68.266	48.109	270.549
Provisão para Risco de Crédito-FNO	958.774	135.733	83.100	1.011.407
Auxílio pós-emprego	343.891	31.142	29.687	345.346
Auxílio pós-emprego – Del 695	85.650	38.868	-	124.518
Planos Saldados	416.761	35.734	34.990	417.505
Provisão Caixa de Previdência	174.747	308	1.296	173.759
Provisão para Operações SEC I	116.578	13.963	-	130.541
Outras Provisões	116.079	22.156	26.998	111.237
Base de Cálculo	2.571.439	361.577	238.177	2.694.840
Contribuição Social Diferida (15%)	385.716	54.237	35.727	404.226
Contribuição Social Diferida (5%)	34.462	-	11.795	22.667
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.064.796	144.631	107.066	1.102.361

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2016, apresenta-se da seguinte forma:

	2016	2017	2018	2019	2020	De 2021 a 2025	TOTAL
Créditos Tributários							
Crédito Tributário de I.R	93.954	113.884	62.131	56.868	56.423	292.208	675.468
Crédito Tributário de C. Social	75.163	91.107	49.705	34.120	33.854	174.270	458.219
Total – Valores Nominais	169.117	204.991	111.836	90.988	90.277	466.478	1.133.687
Taxa média de captação a.a (%)	13,27	11,07	9,98	10,17	10,64	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	149.265	162.950	80.806	59.703	53.545	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do semestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$274.413 (R\$215.993 em 31.12.2015 e R\$197.040 em 30.06.2015). No total de 2016, está incluído o valor de R\$128.849 (R\$121.068 em 31.12.2015 e R\$113.501 em 30.06.2015) relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Provisão FNO	186.378	91.006	92.794
Provisão Auxílio pós emprego	159.166	131.039	111.708
Provisão Planos Saldados	322.124	302.670	283.753
Outras Provisões	18.365	15.266	4.344
Total das Provisões	686.033	539.981	492.599
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	274.413	215.993	197.040

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das contas de resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Administração de fundos e programas	143.691	248.980	284.537	392.800
FNO (nota nº 19)	141.159	246.230	278.535	387.506
Art 19 da lei 8.167/91	75	191	1.870	245
Finam (nota nº 17)	1.247	1.799	2.411	3.696
FDA (nota nº 18)	735	188	735	205
Demais rendas	475	572	986	1.148
Outros serviços	6.699	7.763	14.029	15.372
Demais rendas	6.699	7.763	14.029	15.372
Sub-total	150.390	256.743	298.566	408.172
Rendas de tarifas bancárias	30.569	28.555	52.608	53.022
Pessoa física	17.498	12.575	29.933	23.536
Pessoa jurídica	13.071	15.980	22.675	29.486
Total	180.959	285.298	351.174	461.194

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas de pessoal

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Honorários	(1.178)	(1.458)	(2.274)	(2.354)
Benefícios	(15.767)	(14.293)	(30.807)	(27.784)
Encargos sociais	(33.153)	(28.972)	(65.342)	(57.891)
Proventos	(84.913)	(120.434)	(165.881)	(191.046)
Treinamento	(553)	(1.256)	(903)	(1.923)
Remuneração de estagiários	(1.425)	(1.823)	(2.576)	(3.309)
Total	(136.989)	(168.236)	(267.783)	(284.307)

c) Outras despesas administrativas

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Água, energia e gás	(2.728)	(2.734)	(5.541)	(5.119)
Aluguéis	(3.765)	(2.882)	(6.862)	(6.013)
Processamento de dados	(10.903)	(10.084)	(20.109)	(21.403)
Comunicações	(7.090)	(7.856)	(14.398)	(15.453)
Manutenção e conservação de bens	(2.267)	(2.710)	(4.758)	(4.958)
Material	(328)	(264)	(668)	(544)
Serviços de terceiros	(5.555)	(5.465)	(11.127)	(10.756)
Vigilância e segurança	(7.101)	(6.665)	(14.325)	(12.815)
Serviços do sistema financeiro	(4.383)	(4.349)	(8.575)	(8.856)
Promoções e relações públicas	(1.711)	(2.361)	(3.400)	(2.448)
Propaganda e publicidade	(1.088)	(1.125)	(1.369)	(1.481)
Publicações oficiais	(295)	(256)	(1.195)	(579)
Serviços técnicos especializados	(2.823)	(3.094)	(4.852)	(7.582)
Transporte	(4.734)	(4.899)	(9.598)	(9.102)
Viagens	(1.554)	(1.922)	(2.786)	(3.514)
Depreciação	(4.606)	(3.973)	(9.163)	(8.099)
Amortização	(4.359)	(3.691)	(8.093)	(7.069)
Demais despesas administrativas	(1.656)	(1.231)	(3.420)	(2.773)
Total	(66.946)	(65.561)	(130.239)	(128.564)

d) Despesas tributárias

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
ISS	(1.563)	(1.477)	(3.041)	(3.172)
Cofins	(22.827)	(23.407)	(43.041)	(41.985)
PIS/Pasep	(3.709)	(3.804)	(6.994)	(6.823)
Demais tributos	(372)	(478)	(4.504)	(2.755)
Total	(28.471)	(29.166)	(57.580)	(54.735)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Outras receitas operacionais				
Del credere – FNO (nota nº 19)	140.139	122.076	278.749	238.443
Demais rendas operacionais	106.350	29.444	144.715	65.620
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	14.873	18.134	20.178	46.855
Rendas de Del credere – FDA	1.408	1.594	3.093	3.000
Receita de variação de taxas do FMM	23.832	-	42.988	-
Receita de variação de taxa de câmbio	4.819	6.028	12.780	6.110

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recuperação de encargos e despesas	866	896	3.773	3.114
Rendas sobre depósito compulsório	-	1.347	-	2.708
Reversão outras provisões operacionais	59.289	-	59.289	-
Multas – operações de crédito geral	803	773	1.632	1.460
Demais receitas	460	672	982	2.373
Total	246.489	151.520	423.464	304.063

Outras despesas operacionais	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Despesas de provisão–FNO (nota nº 19)	(137.713)	(109.689)	(231.105)	(156.995)
Atualiz. de benefícios pós-emprego (nota nº 23)	(20.059)	(20.243)	(42.176)	(34.968)
Despesas de perdas operacionais	(1.422)	(1.277)	(1.612)	(3.931)
FDA – Provisão	(2.691)	(1.694)	(3.099)	(2.287)
Despesas de fundos de investimento	(1.041)	(1.401)	(2.230)	(4.196)
Despesas de variação taxa câmbio	(950)	(105)	(1.966)	(1.673)
Passivos judiciais e legais	(10.098)	(3.535)	(17.738)	(6.425)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(7.301)	(3.489)	(13.963)	(8.087)
Desp.pós-emp.–assist/aux.saúde (nota nº 23)	(8.537)	(6.197)	(17.092)	(12.393)
Provisão ativos atuariais - Capaf	(308)	(1.610)	(308)	(2.827)
Atualização de Planos Saldados (nota nº 23)	(24.712)	(29.571)	(55.188)	(70.412)
Despesas com TVM	(5)	(30)	(292)	(84)
Despesas de variação de taxa FMM	(22.357)	-	(46.162)	(3.396)
Despesas de desconto concedido em renegociação	(18)	(16)	(1.215)	(24)
Demais despesas operacionais	(1.048)	(948)	(3.912)	(2.703)
Total	(238.260)	(179.805)	(438.058)	(310.401)

f) Resultado não operacional

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Receitas não operacionais	5.314	1.847	6.379	3.117
Lucros em transações com valores e bens	158	-	163	-
Outras receitas não operacionais	5.156	1.847	6.216	3.117
Reversão de outras provisões não operacionais	4.568	1.371	4.961	2.043
Ganhos de capital	242	69	294	-
Rendas de aluguel	4	1	9	9
Dividendos recebidos	-	-	405	393
Outras rendas não operacionais	342	406	547	672
Despesas não operacionais	(4)	(54)	(222)	(81)
Perdas de capital	(4)	(19)	(9)	(33)
Outras Despesas não operacionais	-	(35)	(213)	(48)
Total	5.310	1.793	6.157	3.036

17. Fundo de investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No semestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$2.411 (R\$3.696 no 1º

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem/2015).

18. Fundo de desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infra-estrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

Neste semestre não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração (R\$25.716 em liberações e R\$205 em taxa de administração no 1º sem/2015). Quanto ao risco, a provisão é de R\$5.867 (R\$2.862 em 31.12.2015 e R\$2.551 em 30.06.2015), registrado em passivos contingentes.

A obrigação junto ao FDA, na nova modalidade que passou a vigorar no final de 2013, em que as operações liberadas passaram a ser com risco integral do Banco, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$128.373 (R\$127.270 em 31.12.2015 e R\$108.215 em 30.06.2015).

19. Fundo constitucional de financiamento do norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Taxa de administração	141.159	246.230	278.535	387.506
Del-credere	140.139	122.076	278.749	238.443
Recuperação de operações	14.874	18.133	20.178	46.855
Remuneração do disponível	(63.035)	(50.892)	(113.640)	(119.900)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(137.713)	(109.689)	(231.105)	(156.995)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *Del-credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferi *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$15.754 (R\$46.089 no 1º sem/2015) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$897.001 (R\$790.623 em 31.12.2015 e R\$783.052 em 30.06.2015) (nota nº 13.b).

No semestre, o Banco procedeu à baixa de R\$65.438 (R\$74.352 no 1º sem/2015) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Saldo no início do período	1.539.271	2.706.868	2.706.868
Repasses do Tesouro Nacional	1.156.763	2.131.594	1.173.639
Remuneração das disponibilidades	113.640	220.527	119.900
Amortizações de operações de crédito	1.463.791	2.836.118	1.187.279
Liberações de operações de crédito	(1.477.115)	(5.221.523)	(2.517.553)
Despesas com taxa de administração	(280.671)	(625.136)	(388.983)
Despesas com <i>Del credere</i>	(278.749)	(509.005)	(238.443)
Despesas de auditoria	(88)	(172)	(86)
Saldo no final do período	2.236.842	1.539.271	2.042.621

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

Nível de Risco	30.06.2016		31.12.2015			30.06.2015		
	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão	Provisão Excedente	Saldos	Provisão	Provisão Excedente
AA	5.545.959	-	5.518.849	-	-	6.164.866	-	-
A	7.392.573	(18.481)	7.920.330	(19.801)	(43.220)	7.042.516	(17.606)	(43.220)
B	3.037.573	(15.187)	2.563.990	(12.819)	(9.191)	1.574.937	(7.875)	(9.191)
C	452.909	(6.792)	663.935	(9.955)	(2.981)	516.122	(7.741)	(2.981)
D	529.163	(26.438)	456.492	(22.790)	(2.266)	335.138	(16.749)	(2.266)
E	408.089	(61.213)	128.332	(19.210)	(577)	139.565	(20.935)	(577)
F	355.437	(88.859)	123.592	(30.816)	(404)	74.910	(18.727)	(404)
G	141.989	(49.697)	141.146	(49.101)	(650)	75.124	(26.291)	(650)
H	1.260.742	(630.334)	1.147.140	(566.842)	-	1.215.903	(607.839)	-
Total	19.124.434	(897.001)	18.663.806	(731.334)	(59.289)	17.139.081	(723.763)	(59.289)

Provisão excedente

A desconstituição da provisão excedente, no valor de R\$59.289, para créditos de liquidação duvidosa das operações do FNO está mencionada na **nota 7 – operações de crédito**.

20. Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em “Depósitos Especiais com Remuneração”, do grupamento de “Depósitos a Prazo”, remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no semestre, no montante de R\$4.324 (R\$3.382 no 1º sem/2015), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	30.06.2016		30.06.2015	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	698	17.156	715	24.183
Proger urbano		698	17.156	715	24.183
Disponível	TMS	179	3.091	60	2.254
Proger urbano		179	3.091	60	2.254
Principal		3.447	-	2.607	-
Proger urbano		3.447	-	2.607	-
Total		4.324	20.247	3.382	26.437

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	30.06.2016		31.12.2015		30.06.2015	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
A vencer						
Até 30 dias	4.329	21,4	4.402	18,6	3.532	13,4
De 31 a 90 dias	873	4,3	982	4,1	1.144	4,3
De 91 a 180 dias	1.247	6,2	1.450	6,1	1.645	6,2
De 181 a 360 dias	2.339	11,5	2.741	11,6	3.154	11,9
Mais de 1 ano	11.459	56,6	14.135	59,6	16.962	64,2
Total	20.247	100,0	23.710	100,0	26.437	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$18.764 (R\$22.529 em 31.12.2015 e R\$26.294 em 30.06.2015).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Fundo da marinha mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$210.139 (R\$259.453 em 31.12.2015 e R\$208.160 em 30.06.2015).

22. Fundos de Investimento Financeiro

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIF's e FAC's), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	88.924	47.538	47.002
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	86	86	86
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	54	54	54
Fundo Amazônia Mix "2"	32	32	32
Fundo Amazônia Credit 90	6	6	6

23. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Benefícios de curto prazo	1.615	1.435	2.571	2.271
Honorários	844	1.025	1.705	1.802
Diretoria Executiva	609	840	1.249	1.447
Conselho de Administração	68	62	130	121
Conselho Fiscal	46	45	91	84
Comitê de Auditoria	121	78	235	150
Remuneração variável ⁽¹⁾	631	410	631	410
Outros ⁽²⁾	140	-	235	59
Benefícios motivados pela cessação do exercício	194	24	334	83
Total	1.809	1.459	2.905	2.354

⁽¹⁾ ⁽²⁾ Referem-se a participação no lucro e ajuda de custo, respectivamente.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	30.06.2016	30.06.2015
Diretoria - Honorários	34.108,79	32.229,76
Conselho de Administração	3.709,10	3.350,07
Conselho Fiscal	3.423,78	3.350,07

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 24 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 17, 18, 19, 20 e 21.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no semestre está demonstrado a seguir:

	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Receitas taxa administração(nota nº 16.a)	143.692	251.524	284.537	392.800
Receita <i>Del-credere</i> do FNO(nota nº 16.e)	140.139	122.076	278.749	238.443
Despesa c/ remuneração do disp. do FNO (nota nº 19)	(63.035)	(50.892)	(113.640)	(119.900)
Despesa prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 19)	(137.713)	(109.689)	(231.105)	(156.995)
Despesas de contrib. patronal – Capaf (nota nº 24)	(3.293)	(2.762)	(6.592)	(5.507)
Atualiz. ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(53.307)	(85.461)	(114.456)	(117.773)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Passivos			
Depósito a Vista – OGU	477	-	1.376
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	20.247	23.710	26.437
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	738.966	735.543	716.318
Tesouro Nacional	32.971	35.949	39.792
BNDES	480.522	463.548	447.288
Finame	223.934	234.353	228.297
Finep	1.539	1.693	941
Outras Obrigações	2.575.354	1.925.994	2.358.996
FNO (notas nº 13 e 19)	2.236.842	1.539.271	2.042.621
FMM (notas nº 13 e 21)	210.139	259.453	208.160
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 18)	128.373	127.270	108.215
Total	3.335.044	2.685.247	3.103.127

24. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf).

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre, de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as provisões que correspondem a 50% do déficit.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio Saúde (%)	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Taxa de juros desconto atuarial-real	6,1	15,6	6,1	15,6	6,1	15,0
Projeção de aumentos salariais	8,3	-	N/A	-	8,3	9,0
Projeção de aumentos reais benefícios	7,2	8,5	7,2	8,5	-	-
Taxa de inflação	7,2	8,5	7,2	8,5	7,2	8,5
Expectativa de retorno ativos do plano	13,7	12,9	N/A	N/A	N/A	-
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Planos BD		Planos Misto		Assistidos		Auxílio Saúde	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Taxa de rotatividade	2,0%	2,0%	2,0%	1,6%	2,0%	1,6%	1,0%	1,6%
Tábua de mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*	
Tábua mortalidade/sobrevivência-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas**		A. Vindas**		A. Vindas**		A. Vindas**	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 10%.

** suavizada em 20%.

a.2) Valores reconhecidos no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	1º sem/2016	1º sem/2015
Custo do serviço		
Custo de serviço	(166)	(112)
Custo de juros líquidos	(21.606)	(18.506)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(21.772)	(18.618)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	779	766
Ganhos e Perdas sobre o ativo	16.878	12.167
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(28.901)	(6.759)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(11.244)	6.174
Total dos componentes de benefício definido	(33.016)	(12.444)
	Plano Misto	
	1º sem/2016	1º sem/2015
Custo do serviço		
Custo do serviço	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(235)	(326)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(236)	(327)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	449	(1.151)
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(4.045)	(4.024)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(3.596)	(5.175)
Total dos componentes de benefício definido	(3.832)	(5.502)
	Assistidos pelo Banco	
	1º sem/2016	1º sem/2015
Custo do serviço		

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo de juros líquidos	(3.826)	(2.881)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(3.826)	(2.881)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(6.339)	385
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(6.339)	385
Total dos componentes de benefício definido	(10.165)	(2.496)

Custo do serviço

Auxílio Saúde		
	1º sem/2016	1º sem/2015
Custo de serviço corrente líquido	(1.515)	(1.643)
Custo de juros líquidos	(11.732)	(7.868)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(13.247)	(9.511)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(17.942)	4.627
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(17.942)	4.627
Total dos componentes de benefício definido	(31.189)	(4.884)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

Plano BD		
	1º sem/2016	1º sem/2015
(Passivo)/ativo reconhecido no início do semestre	(334.726)	(316.893)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	1.540	1.307
Provisão para planos de benefício definido	(21.772)	(18.618)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(11.244)	6.174
(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre	(366.202)	(328.030)

Plano Misto		
	1º sem/2016	1º sem/2015
Passivo reconhecido no início do semestre	(7.290)	(5.444)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	18	17
Provisão para planos de benefício definido	(237)	(327)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.595)	(5.176)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre	(11.104)	(10.930)

Assistidos pelo Banco		
	1º sem/2016	1º sem/2015
(Passivo)/ativo reconhecido no início do semestre	(59.693)	(58.548)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	4.104	3.886
Provisão para planos de benefício definido	(3.826)	(2.881)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(6.339)	385
(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre	(65.754)	(57.158)

Auxílio Saúde		
	1º sem/2016	1º sem/2015
(Passivo)/ativo reconhecido no início do semestre	(158.871)	(152.230)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	4.089	3.605
Provisão para planos de benefício definido	(13.247)	(9.512)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(17.942)	4.628
(Passivo)/ativo reconhecido no final do semestre	(185.971)	(153.509)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

		Plano BD	
		1º sem/2016	1º sem/2015
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre		(511.625)	(472.769)
Benefícios pagos pelo plano		22.248	17.346
Custo do serviço corrente		(331)	(224)
Custo de juros		(33.026)	(28.444)
Remensurações de perdas atuariais		(57.802)	(13.517)
Decorrentes de ajuste de experiência		(47.723)	(17.713)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras		(10.079)	4.196
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre		(580.536)	(497.608)

		Plano Misto	
		1º sem/2016	1º sem/2015
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre		(49.022)	(47.790)
Benefícios pagos pelo plano		2.802	2.374
Custo de juros/serviço corrente		(1.585)	(2.818)
Remensurações de Perdas atuariais		(8.089)	(8.049)
Decorrentes de ajuste de experiência		(7.069)	(3.864)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras		(1.020)	(4.185)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre		(55.894)	(56.283)

		Assistidos pelo Banco	
		1º sem/2016	1º sem/2015
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre		(59.693)	(58.548)
Benefícios pagos pelo plano		4.104	3.885
Custo de juros		(3.826)	(2.880)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais		(6.339)	385
Decorrentes de ajuste de experiência		(6.369)	(855)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras		30	1.240
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre		(65.754)	(57.158)

		Auxílio Saúde	
		1º sem/2016	1º sem/2015
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do semestre		(158.871)	(152.230)
Benefícios pagos pelo plano		4.090	3.605
Custo do serviço corrente		(1.515)	(1.643)
Custo de juros		(11.733)	(7.868)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais		(17.942)	4.627
Decorrentes de ajuste de experiência		(10.523)	11.656
Decorrentes de alterações de premissa financeiras		(7.419)	(7.029)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do semestre		(185.971)	(153.509)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(591.039)	(570.562)	(590.553)	(570.830)	(580.536)
Valor justo dos ativos do plano	(151.868)	(151.867)	(151.868)	(151.868)	(151.868)
Superávit/(déficit) do plano	(742.907)	(722.429)	(742.421)	(722.698)	(732.404)
Variação na obrigação atuarial	1,81%	(1,72%)	1,73%	(1,67%)	-
Variação no superávit/(déficit)	1,43%	(1,36%)	1,37%	(1,33%)	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(56.829)	(55.006)	(56.911)	(54.910)	(55.894)
Valor justo dos ativos do plano	33.687	33.687	33.687	33.687	33.687
Superávit/(déficit) do plano	(23.142)	(21.319)	(23.224)	(21.223)	(22.207)
Variação na obrigação atuarial	1,67%	(1,59%)	1,82%	(1,76%)	-
Variação no superávit/(déficit)	4,21%	(4,00%)	4,58%	(4,43%)	-
Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(67.701)	(63.927)	(66.524)	(65.001)	(65.753)
Superávit/(déficit) do plano	(67.701)	(63.927)	(66.524)	(65.001)	(65.753)
Variação na obrigação atuarial	2,96%	(2,78%)	1,17%	(1,14%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,96%	(2,78%)	1,17%	(1,14%)	-
Auxílio Saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	+0,25	-0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(188.903)	(183.194)	(191.840)	(180.646)	(185.971)
Superávit/ (déficit) do plano	(188.903)	(183.194)	(191.840)	(180.646)	(185.971)
Variação na obrigação atuarial	1,58%	(1,49%)	3,16%	(2,86%)	-
Variação no superávit/ (déficit)	1,58%	(1,49%)	3,16%	(2,86%)	-

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD		Plano Misto	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	(377)	(56)	(3)	-
Montantes de Custo de juros líquidos	(50.313)	(8.182)	(1.526)	(163)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(50.690)	(8.238)	(1.529)	(163)
Montantes esperados per. Seg.–Normais	3.303	678	39	224
Montantes esperados per. Seg.–Administração	-	-	-	22
Total dos pagtos esperados para o plano	3.303	678	39	246

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	-	-	(3.445)	(1.643)
Montantes de Custo de juros líquidos	(9.027)	(2.881)	(25.491)	(7.868)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(9.027)	(2.881)	(28.935)	(9.511)
Montantes esperados per. seguinte –Normais	8.799	4.178	8.768	3.865
Total dos pagtos esperados para o plano	8.799	4.178	8.768	3.865

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarialTaxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

No caso específico do plano BD, o Banco vem sendo onerado pelo cumprimento de sentença judicial, que determinou a complementação da folha de pagamento mensal, face a exaustão dos recursos financeiros do referido plano. No semestre, essa complementação totalizou R\$21.494 (R\$16.221 no 1º semestre de 2015).

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Valor da Obrigação no início do período	342.016	322.337	322.337
Atualizações	56.784	55.330	33.969
(-) Valores Pagos	(21.495)	(35.651)	(17.346)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	377.305	342.016	338.960

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Valor da Obrigação no início do período	719.430	738.184	738.184
(-) Remensuração dos contratos	-	(74.152)	-
Atualizações (nota nº 16.e)	55.188	123.047	70.411
(-) Valores Pagos	(34.990)	(67.649)	(32.567)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	739.628	719.430	776.028

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2º trim/2016	2º trim/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Liquidados - BD e Misto	(893)	(808)	(1.774)	(1.625)
Prev-amazônia	(2.400)	(1.954)	(4.818)	(3.882)
Total	(3.293)	(2.762)	(6.592)	(5.507)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Saldados	739.628	719.430	776.028
Liquidados	377.305	342.016	338.960
Assistidos	65.754	59.693	57.158
Auxílio Saúde	185.971	158.871	153.509

Ação TRT da 16ª Região (MA)

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nr. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do *déficit* atuarial da Capaf.

A ação rescisória foi admitida a julgamento pelo relator que concedeu antecipação de tutela no sentido de suspender a tramitação da ação coletiva nr. 1164-2001-001-16-00-2, que encontrava-se em liquidação de sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos autos da rescisória.

Por fim, registramos que a rescisória tramita em fase de conhecimento e está pendente de julgamento.

O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

25. Remuneração paga aos Empregados**a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)**

	30.06.2016	30.06.2015
Menor Salário	2.145,46	1.950,42
Maior Salário	22.481,70	20.437,91
Salário médio	6.942,96	5.929,00

26. Processo de gerenciamento de riscos

O Banco da Amazônia S.A. possui políticas, procedimentos e instrumentos de controles e gestão de riscos que permitem a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos, bem como estão claros os papéis e responsabilidades das unidades que participam dessa estrutura, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é realizada a partir do monitoramento dos desequilíbrios entre os passivos exigíveis e os ativos negociáveis de curto prazo que afetam a capacidade de pagamento. O Banco realiza diariamente procedimentos para gerenciar os riscos de liquidez, utilizando-se como parâmetros os limites e cenários estabelecidos na Política de Riscos.

A liquidez dos ativos do Banco fica evidenciada pelo saldo dos indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo que de acordo com os métodos de análise conservador e alternativo foram de R\$2,674 e R\$3,215 bilhões respectivamente, demonstrando assim disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez da Instituição. Ressalta-se que 64,5% dos recursos alocados na carteira TVM estão aplicados em Letras Financeiras do Tesouro, títulos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Gestão do risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com maiores probabilidades de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica.

De modo a incorporar melhorias ao seu processo de gestão e à vista das diretrizes de Basiléia e da Resolução Bacen nº 3.721/2009, a Instituição vem aprimorando os modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de riscos registradas no Banco, teste de relevância e *backtest* dos modelos. Ao final desse ciclo, os modelos de classificação e avaliação de risco dos clientes serão refinados, tornando-se cada vez mais acurados.

A implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para a redução do risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito, que teve seu escopo de projeto inicial ampliado para atender a necessidade quanto à vinculação de direitos creditórios (recebíveis) principalmente da área de Fomento.

c) Gestão do risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços. No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco. O sistema de risco de mercado importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, BM&F e Anbima) e bases internas (sistemas legados), auferindo o valor do VaR paramétrico e o não-paramétrico. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2016, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$6,408 milhões e R\$5,313 milhões, consumindo 42,2% e 49,7% do limite de referência, respectivamente. Portanto, ambas as carteiras apresentaram status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecido na política de risco.

d) Risco operacional

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional contempla um conjunto de ferramentas em observância às boas práticas estabelecidos na Resolução Bacen nº 3.380/2006 e nas Políticas de Gestão do Risco Operacional e de Continuidade de Negócios. Está amparado em ferramentas e boas práticas de mercado, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*) e NBR 15999:1, conferindo consistência à tomada de decisões estratégicas baseadas em controles e riscos.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de basileia (limite operacional)

A partir de 01 de Janeiro de 2015, as instituições financeiras passaram a enviar mensalmente ao Bacen os documentos 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

conglomerados), conforme Circular 3.726/2014.

O cálculo para apuração do PR foi realizado em atendimento à Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

I Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Patrimônio de Referência (PR)	2.788.651	2.883.142	2.673.551
PR Nível I	2.788.651	2.883.142	2.673.551
Capital Principal	2.788.651	2.883.142	2.673.551
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	16.124.179	16.380.251	16.123.556
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	15.140.226	15.486.491	15.329.979
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	43.947	41.825	44.467
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	940.006	851.935	749.110
Requerimento Mínimo de Capital		-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	725.888	737.111	725.560
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	967.451	982.815	967.413
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.592.263	1.801.828	1.773.591
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-	-
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	2.063.063	2.146.030	1.947.991
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.821.201	1.900.327	1.706.138
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	17,3%	17,6%	16,6%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	17,3%	17,6%	16,6%
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,3%	17,6%	16,6%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" (9,875%) ao montante de RWA.

27. Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência a cotação do dólar e da taxa de juros DI/dia. O Sistema de Risco de Mercado está parametrizado para atribuir o mesmo nível de estresse (choque paralelo) aos demais fatores de risco que compõem o modelo.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$3,21 e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,1% a.a.

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$4,01, e a taxa DI de 1 ano no nível de 17,7% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$4,81 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 21,2% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposições Financeiras		Junho/2016 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	127	5.979	11.424
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	6.410	89.559	163.570
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(6)	540	1.080
Total		6.531	96.078	176.074

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se o VaR de R\$176 milhões correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 7,50% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco

As operações de derivativos existentes na Carteira do Banco, não representam risco de mercado relevante, haja vista que essas posições foram originadas para realização de *hedge* de títulos públicos, Letras do Tesouro Nacional, com taxas prefixadas, cujo saldo em 30 de junho de 2016, foi de aproximadamente R\$37 milhões.

28. Demonstração do resultado abrangente

	2º Trimestre/2016	2º Trimestre/2015	1º sem/2016	1º sem/2015
Lucro líquido do Período	92.727	44.360	84.985	106.698
Outros Resultados Abrangentes	(4.938)	(838)	(34.486)	4.106
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(5.306)	(1.206)	(35.221)	3.349
Próprios – TVM Ajuste	4.774	(1.753)	3.646	(2.662)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(10.080)	547	(38.867)	6.011
Realização da Reserva de Reavaliação	368	368	735	757
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	2.183	335	13.807	(1.643)
Sobre a marcação a mercado	(1.684)	701	(1.410)	1.064
Sobre a realização da reserva	(165)	(147)	(330)	(303)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	4.032	(219)	15.547	(2.404)
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	(2.755)	(503)	(20.679)	2.463
Resultado Abrangente do Período	89.972	43.857	64.306	109.161

29. Outras informações**a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	9.651.505	9.605.840	8.657.766
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	150.850	143.499	127.805
Total	9.802.355	9.749.339	8.785.571

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2016**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$143.703 (R\$143.703 em 31.12.2015 e R\$127.088 em 30.06.2015), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados (nota nº 8):

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Demandas Trabalhistas	39.630	37.792	35.265
Demandas Fiscais	348	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684	8.684
Total	48.662	46.824	44.297

Finam

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Finam, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$17.139 (R\$15.215 em 31.12.2015 e R\$24.918 em 30.06.2015), com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2016. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Limitação de escopo relacionada à reserva matemática dos planos de benefícios liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº13, nº16 e nº24, o Banco possui registrado, em 30 de junho de 2015, o montante de R\$377.305 mil (R\$342.016 mil em 31 de dezembro de 2015), que julga ser necessário para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes da obrigação no respectivo plano de benefícios. O referido montante foi apurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº695/12, porém considerando a paridade contributiva de 50%, assumindo que os participantes teriam capacidade e condições de arcar com 50% da obrigação atuarial. Conseqüentemente, considerando o provisionamento parcial com base na paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas futuras que poderão ser requeridas, bem como as movimentações negativas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2016 nas rubricas "Outros ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, no montante de R\$ 23.320 mil (movimentações positivas no montante de R\$3.607 mil no semestre findo em 30 de junho de 2015) e na despesa com benefícios pós-emprego no montante de R\$20.059 mil e R\$ 42.176 mil para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, respectivamente (R\$20.243 mil e R\$34.968 mil para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2015, respectivamente) e os respectivos créditos tributários constituídos sobre o montante dessa provisão em 30 de junho de 2016, no montante de R\$ 104.603 mil (R\$105.325 mil em 31 de dezembro de 2015).

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Ênfases

Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

Avaliações atuariais anuais dos contratos de saldamento dos planos de benefícios

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24, que evidencia que o Banco possui registrado, em 30 de junho de 2016, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante de R\$739.628 mil (R\$719.430 mil em 31 de dezembro de 2015), decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. As liquidações financeiras da referida obrigação poderão ocorrer por valores diferentes daqueles consignados nas demonstrações financeiras em 30

de junho de 2016, pelo fato de existir previsão contratual de reavaliações atuariais anuais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro dos pagamentos dos benefícios aos assistidos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER CF N° 2016/003

Ref. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 1º SEMESTRE DE 2016.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao primeiro semestre de 2016.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da auditoria Independente KPMG Auditores Independentes sobre o referido semestre e, após os exames efetuados sobre as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2016, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 30 de junho de 2016, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir das limitações e ressalvas constantes do mencionado parecer sobre a CAPAF - Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do Banco da Amazônia.

Brasília (DF), 11 de agosto de 2016.

MARCELO SARAIVA CAVALCANTI
Presidente

PENHA MARIA BARROSO AGUIAR
Conselheira

ROGÉRIO GABRIEL NOGALHA DE LIMA
Conselheiro

RENATO DA CÂMARA PINHEIRO
Conselheiro Suplente